



Universidade de Évora
Escola de Ciências Sociais

Tese para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Históricos Europeus

Descolonização e Repatriamento Europeus.
A História dos *Retornados* portugueses:
O caso do Distrito de Évora (1975-1976)

Maria de Belém Lopes Oliveira da Fonseca

Sob a Orientação de

Professor Doutor Paulo Eduardo Guimarães

Évora, 2012

**Universidade de Évora
Escola de Ciências Sociais**

**Descolonização e Repatriamento Europeus.
A História dos Retornados portugueses:
O caso do Distrito de Évora (1975-1976)**

Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Europeus

Maria de Belém Lopes Oliveira da Fonseca

UNIVERSIDADE DE
ÉVORA
188205

Orientador

Prof. Doutor Paulo Eduardo Guimarães

2012

Índice Geral

Índice geral	1
Índice de Tabelas e Gráficos	2
Resumo em Português	3
Resumo em Inglês	4
Agradecimentos	5
Introdução	6
I. Europa, Impérios e Retorno	14
1. Repatriados na literatura académica	
2. Experiências de Retorno: França (1962) versus Portugal(1975)	
2.1. Retornados e <i>Pieds-Noirs</i> : exercício comparativo	
II. Os Retornados “a Portugal” : experiências e perfil social	43
1. Os motivos do Retorno	
2. A fuga e os caminhos do Retorno	
3. Alentejo: Terra-Mãe, Terra Adoptada ou Terra Imposta?	
4. A População Retornada: estrutura de idades e familiares	
5. Uma População mais educada?	
6. Uma População com outra experiência profissional?	
7. Distribuição residencial	
III. Mecanismos de Integração	76
1. Quadro Geral de Adidos	
2. O Programa de Crédito para investimentos produtivos	
Conclusão	88
Fontes e Bibliografia	98
Anexos	101
Anexo 1-Quadro 1: « Rapatrié » e Retornados em comparação : Legislação Francesa e Portuguesa	
Anexo 2-Quadro 2: CIFRE: Actividades Económicas Financiadas no Distrito de Évora (1975-1976)	
Anexo 3 – Conclusões do 1º Congresso dos Espoliados do Ultramar (1988)	
Anexo 4-Panfleto do 2º Congresso dos Espoliados do Ultramar (1990)	

Índice das Tabelas e Gráficos

Mapa 1	Localização de alguns Campos de Refugiados: Angola, Namíbia e RSA (1975)	53
Tabela 1	Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): Naturalidade do Cabeça de Casal	55
Tabela 2	Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): Condições de Residência	56
Tabela 3	Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): Distribuição por Grupos Etários	59
Tabela 4	Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): Estrutura Familiar	61
Tabela 5	Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): Habilitações Académicas	63
Tabela 6	Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): Composição Sócio-profissional	65
Gráfico 1	População (1970) e Retornados (1975-1976) do Distrito de Évora: Composição Sócio – Profissional	66
Tabela 7	Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): HISCLASS e características	67
Tabela 8	Mobilidade dos Retornados de naturalidade europeia (Homens e Mulheres)	68
Tabela 9	Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): Distribuição Residencial	69
Tabela 10	Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): Funcionários Públicos	73
Tabela 11	Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): Financiamento CIFRE por Sectores de Actividade	76
Tabela 12	Distribuição geográfica e por sector económico dos projectos financiados no Distrito de Évora	78

Descolonização e Repatriamento Europeus. A História dos Retornados portugueses: o caso do Distrito de Évora (1975-1976)

Resumo

Palavras - chave: descolonização, repatriamento, *pieds-noir*, migração forçada, retornados, integração social dos retornados.

Portugal confrontou-se, há cerca de três décadas, com uma forte vaga de migração forçada: quase 600 mil cidadãos provenientes das colónias regressaram *retornaram* à metrópole.

Este é um estudo do processo do *retorno* e de integração desta população. Centra-se nos retornados que, entre 1975 e 1976, se instalaram no distrito de Évora e baseia-se em dados do IARN (Instituto de Apoio aos Retornados) procurando reconstituir os caminhos desse regresso, traçar o perfil social dos retornados e analisar as experiências de integração.

Apesar do problema dos retornados nunca ter feito parte da agenda dos partidos políticos, nem de terem conseguido influenciar o poder político na resolução dos seus problemas específicos, num contexto político-económico desfavorável e, até mesmo hostil, os retornados integraram-se na sociedade portuguesa.

Este trabalho refere vários factores que contribuíram para esta integração, sendo de destacar as qualidades e capacidades individuais mais do que qualquer outra ajuda, nomeadamente a ajuda do Estado.

**Decolonization and Repatriation Europeans. The History of Portuguese
Retornados: the case of the District of Évora (1975-1976)**

Abstract

Key words: Decolonization, repatriation, *pieds-noirs*, forced migration, *retornados*, social integration of *retornados*.

About three decades ago Portugal had to face a huge wave of forced migration: about 600 thousand Portuguese citizens came back from the colonies to their mother country.

This is a study about their return and integration process. This study focuses the *retornados* who settled in the district of Évora from 1975 to 1976 and it is based on IARN data (Institute for Returnee's Process). It tries to trace their homecoming, social profile and analyse their integration experiences.

Although the returnee's cause has never been in the agenda of political parties and *retornados* hadn't been able to make political power take an interest in the resolution of their specific problems, they succeeded in full integration, in spite of adverse and even hostile context.

This work tries to state out several factors which go beyond integration. It comes to the conclusion that individuals' qualities and capacities meant more than any State's help.

Agradecimentos

Aproveito esta oportunidade para expressar publicamente o meu agradecimento ao meu orientador, o professor Paulo Guimarães, pela forma estimulante e discreta com que me orientou.

Ao NICPRI.UE, que acolheu este projecto de investigação e facultou condições para a sua concretização.

Aos funcionários do Governo Civil, em especial o Senhor Roma e a Dra. Teresa pela simpatia com que me acolheram e proporcionaram as melhores condições de trabalho.

Às minhas colegas e amigas, Dra. Margarida de Sousa, pela disponibilidade e paciência que colocou na revisão deste texto e Dra. Cecília Monteiro pelo texto em língua inglesa.

A alguns dos meus colegas de escola e à Direcção do Agrupamento nº2 de Évora agradeço a amizade e a compreensão.

Aos meus amigos, José Murteira e M^a José, o meu muito obrigado pela ajuda que me prestaram, principalmente, durante a parte curricular do mestrado.

Aos meus filhos André, Inês e Teresa, pelo apoio e confiança que depositaram na sua progenitora, fazendo-a acreditar que era possível terminar esta investigação.

Por último, o meu agradecimento profundo ao meu marido, pela paciência, pelo estímulo e pela discrição com que lidou com esta situação.

Introdução

Esta dissertação, elaborada no âmbito do Mestrado de Estudos Históricos Europeus (séculos XIX e XX), inscreve-se numa linha de investigação histórica centrada no estudo do fenómeno do repatriamento como consequência da descolonização e do fim dos impérios coloniais europeus. O tema tem proporcionado alguns estudos sobre o impacto que, entre os finais dos anos 1950 e 1970, o retorno de elevados efectivos populacionais produziu nas sociedades europeias de acolhimento. Os efeitos políticos, económicos, demográficos, urbanísticos e culturais da transferência para o continente europeu de mais de 1 milhão e 600 mil franceses, 550 mil ingleses, 400 mil italianos, 300 mil holandeses, cerca de 150 mil espanhóis, 100 mil belgas e 500 mil portugueses, marcam e enriquecem a história da Europa e dos europeus.

Como todos os fenómenos históricos, o do repatriamento exige distância temporal para ser discutido e estudado, uma vez que envolve dimensões humanas que não se coadunam com a objectividade que a escrita científica exige. Talvez seja esta a razão para explicar que em Portugal, só agora, trinta e sete anos passados sobre o acontecimento, é que o tema tem sido amplamente debatido. Discussão veiculada pela literatura e pelos *media*, através da publicação de romances, de programas e

séries documentais, artigos e notícias que têm como pano de fundo as questões da guerra colonial, do retorno e dos retornados, das saudades e da nostalgia em relação a África.

Tanto a opinião pública como os actores sociais envolvidos precisaram que o tempo curasse as feridas abertas por um processo violento que alterou radicalmente percursos individuais e colectivos. O fenómeno editorial a que assistimos permite a afirmação dos retornados (como tal) no campo literário e reflecte um certo apaziguamento da “má consciência” em relação ao processo de descolonização, quer por parte da população retornada, quer por parte daqueles que os acolheram em 1975/1976. Como comunidade estamos, com certeza, a fechar o ciclo do colonialismo e a realizar a descolonização cultural que nos faltava, verbalizando e partilhando memórias e dramas que estão inscritos na nossa matriz cultural ou, como João Paulo Guerra sintetizou, estamos a fazer regressar as caravelas. (GUERRA, 2009).

Do ponto de vista científico o tema tem despertado um interesse mais limitado e, por isso, são poucos os estudos históricos publicados sobre o impacto do maior e mais rápido fluxo migratório da história portuguesa.

Com o nosso trabalho pretendemos contribuir para a discussão mais geral sobre os contornos que assumiu a integração dos retornados na sociedade portuguesa. Mas, e antes de avançarmos, torna-se necessário clarificar teoricamente o conceito de “integração” para que possamos responder cabalmente à questão inicial que é a de saber quais os factores/ mecanismos que influenciaram e contribuíram para que os retornados se incorporassem no espaço nacional e qual o papel do Estado neste processo.

Na sua tese de doutoramento Rui Pena Pires considera que existem duas modalidades de integração: assimilação e etnicização. Assimilação definida como “...um processo de inclusão dos imigrantes no espaço identitário definidor da pertença à sociedade de chegada e, portanto, definidor da possibilidade de

participação alargada do imigrante nos quadros de interacção preexistentes” (PIRES, 2003, p. 96) e etnicização como “conjunto de processos de construção de uma identidade colectiva no confronto dos imigrantes com as reacções à sua presença na sociedade de chegada, identidade essa baseada num sentido de pertença a uma colectividade com ascendência comum.” (PIRES, 2003, p. 100) Para o autor, a integração dos retornados na sociedade portuguesa enquadrou-se na primeira modalidade, isto é, foi um processo de assimilação, uma inclusão efectiva que foi possível porque se “combinaram processos de auto e hetero-categorização dos imigrantes enquanto membros desse espaço identitário comum (...) emergindo a “construção das referências de uma pertença nacional comum.” (PIRES, 2003, p. 97)

O investigador ainda afirma que assimilar não é homogeneizar uma população que comporta no seu seio diferentes experiências de vida e de percurso, nem tão pouco sugar-lhe essas características próprias no intuito que a tornar semelhante à população receptora. Assimilar é, no seu entender, compatível com “a existência de identidades culturais plurais construídas em torno da especificidade das memórias associadas à trajectória de imigrado e à sua reconstrução; com a redefinição do espaço identitário comum no processo de inclusão de novas pertenças; emergência de dissensões no espaço normativo, não significando, consenso normativo.” (PIRES, 2003, p. 98/99)

Partilhamos desta definição de integração, mas o estudo exigia que operacionalizássemos o conceito. Assim, distinguimos entre “...structural and socio-cultural integration. Structural integration pertains to the acquisition of rights and status within the core institutions of receiving society, such as employment, housing, education, political and citizenship rights (Heckmenn 2005). Socio-cultural integration refers to the cognitive, behavioural and attitudinal changes in conformity to the dominant norms of receiving societies (cultural integration or

acculturation); social intercourse, friendship, marriage and membership of various organisations (interactive integration); and feelings of belonging, expressed in terms of allegiance to ethnic, regional, local and national identity (identificational integration) (King and Skeldon forthcoming)”. (FOKKEMA e HAAS, 2011, p.3).

No presente trabalho utilizamos o conceito de integração na sua vertente estrutural e definimos como universo da nossa pesquisa os retornados que vieram viver para o distrito de Évora, entre 1975 e 1976, com o objectivo de determinar o seu perfil sócio-profissional e de seguir as pistas da sua integração na sociedade. Considerámos como retornados aqueles cidadãos que, ao abrigo de Decreto – Lei 308/75 de 24 de Junho, possuem a nacionalidade portuguesa¹ e se encontravam numa das seguintes situações: regressados das ex- colónias depois de 1 de Setembro de 1974 e antes de 30 de Novembro de 1976 e que tivessem residência habitual numa das ex-colónias; os portugueses que tivessem vindo para Portugal até 31 de Julho de 1977, desde que forçados a abandonarem o território por motivos independentes da sua vontade; os portugueses que em 1 de Setembro de 1974 tivessem residência habitual nas colónias mas que se encontrassem em Portugal em gozo de férias ou por doença, a partir de data não anterior a Março de 1974; aqueles que, vindos das colónias antes de 1 de Setembro de 1974, tivessem mais de 50 anos de idade e 20 anos de residência nas colónias e que vivessem exclusivamente dos rendimentos e bens que nela possuíam e se encontrem agora em situação de carência. Em suma, adoptámos a definição do Conselho de Ministros de 5 de Maio de 1976, uma vez que é com base neste estatuto que as fontes consultadas se organizam.

O cerco temporal sobre o qual incide a investigação (1975-1976) corresponde ao do retorno da maioria dos portugueses e, em termos metodológicos, recorreremos ao

¹ “ Residentes nas ex-colónias nascidos na metrópole, ou com ascendentes até ao 3º grau daí naturais” Pena, 2003, p. 227

estudo de caso (Distrito de Évora), focalizado num universo de 1112 registos de identificação e a uma estratégia comparativa indirecta entre os dados europeus (*pieds – noir*), os nacionais e os que resultam desta investigação.

As fontes que utilizámos encontram-se no Governo Civil, catalogadas no sub-fundo “Comissão Distrital dos Desalojados. Recenseamento de Desalojados”² e estão agrupadas em quatro núcleos: “Recenseamento da população retornada”, “Subsídios concedidos pelo Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais”, “Processos do programa CIFRE (Comissão Interministerial de Financiamento de Retornados)” e “Quadro Geral de Adidos”.

No primeiro núcleo, consultámos as caixas 1610, 1611 e 1613², subdivididas nos seguintes tópicos: “Inquérito 1”, “Relação por concelho dos recenseados por concelho”, “Recenseamento dos Desalojados. Relação dos chefes do agregado e pessoas a seu cargo 1976” e “Inquérito da Comissão dos Desalojados Ultramarinos. Recenseamento”. Para o recenseamento da população retornada aparecem nas fontes dois tipos de documentos de registo bastante semelhantes quanto à informação solicitada e simples listas nominais organizadas por ano civil, a saber 1976, 1977 e 1978. Verificámos que na maioria dos casos os retornados que residiam no distrito em 1976 aqui permaneceram nos anos seguintes, registando-se a entrada de novos elementos em 1977 e a diminuição do número de retornados em 1978. Estamos em presença de uma população que nesta fase era ainda flutuante, procurando fixar-se nas regiões que podiam oferecer-lhes oportunidades e condições de inserção no mercado de trabalho. No segundo núcleo, analisámos as caixas 1575 a 1580 onde se encontram as listagens dos subsídios de emergência concedidos aos desalojados pelo Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais. No terceiro núcleo, verificámos os documentos guardados nas caixas 1569 e 1570 do Comissariado para os Desalojados – CIFRE que constituem processos individuais com pedidos de financiamento. Em cada maço foi arquivado o projecto a financiar,

² A caixa 1612 não foi encontrada

o contrato de empréstimo com a identificação dos montantes atribuídos pelo CIFRE e pela Banca. Os processos incluem ainda a correspondência inerente a cada pedido.

A caixa 1571 contém documentação diversa relacionada com o financiamento dos projectos, circulares, instruções, legislação assim como correspondência entre as entidades envolvidas neste processo de financiamento. Estão igualmente arquivadas nesta caixa instruções para a participação das comissões regionais, distritais e concelhias no sistema de crédito à habitação própria, a tabela deste tipo de financiamento, assim como um maço intitulado “Instruções sobre o programa de crédito à habitação própria, derivadas do disposto no Decreto – Lei 515/77 de 14 de Dezembro e Portaria 752/77 de 14 de Dezembro.”. Um ofício do Fundo do Fomento à Habitação dava conta da construção de 2 edifícios na Horta das Figueiras – 16 fogos que se destinavam a aquisição de casa própria, no regime de casas de renda limitada.

Em folhas mecanográficas datadas de 27/09/77 está arquivado um mapa de controlo dos financiamentos efectuados no distrito de Évora. São registos de visitas efectuadas, por concelho, aos locais onde se desenvolviam projectos já financiados ou à espera de financiamento.

Pertencentes ao terceiro núcleo consultámos também as caixas 1572 e 1573 nas quais está arquivado um maço por cada projecto/pedido de financiamento contendo um questionário e correspondência trocada entre a concelhia, a Cifre, a banca e o interessado. A caixa 1574 contém os financiamentos concedidos.

As caixas 1672,1673 e 1690 referem-se respectivamente a “Registos de pedidos de financiamento”, “Mapas de financiamento” e “Comissariado para os Desalojados (CIFRE) Processo”. Inserimos 66 pedidos na base de dados que criámos.

Contabilizámos 191 indivíduos pertencentes ao Quanto ao Quadro Geral de Adidos, a partir da informação arquivada nas caixas 1657 a 1663. Os registos iniciam-se no ano

de 1976 e terminam em 1978. O investigador tem acesso, em primeiro lugar, a uma listagem alfabetada dos desalojados que manifestaram o desejo de ingressar no Quadro Geral de Adidos. Para cada um dos funcionários públicos existe um memorando que os caracteriza e ao qual se anexam os comprovativos do pagamento do subsídio mensal/adiantamento de vencimento proveniente do Ministério da Cooperação – Agência Central.

Consultámos dois jornais diários, um de âmbito regional, o Diário do Sul (1975) e outro de âmbito nacional, o Diário de Notícias (1975 – 1976). O recurso a este tipo de fonte visou identificar a forma como a opinião pública foi sendo formada e informada sobre o retorno dos nacionais residentes nos espaços coloniais. Na perspectiva do Diário do Sul, a presença destes cidadãos, no distrito de Évora, é praticamente invisível. A primeira e única referência em 1975 está incluída na edição do dia 11 de Dezembro e é um pequeno aviso/convocatória do Ministério da Administração Interna/Governo Civil dando conhecimento de uma reunião no Palácio D. Manuel. Da ordem de trabalho constava a eleição da Comissão Distrital. O Diário de Notícias foi dando conta do impacto dos conflitos militares na movimentação e dispersão da população portuguesa residente nas colónias, da sua chegada a Portugal e dos seus principais problemas e reivindicações.

Para a recolha de dados criámos uma base de dados para cada conjunto de dados a tratar: Recenseamento, Empréstimos e Quadro Geral de Adidos. Cada uma delas foi manuseada consoante a informação que pretendíamos retirar e cruzar dando, desta forma, origem a diferentes sub – bases.

O estudo está distribuído por quatro capítulos principais. No capítulo 1, “Europa, Império e Retorno” fazemos o estado da arte sobre o repatriamento europeu e as experiências de retorno na Europa, comparando, particularmente, a experiência francesa (1962) com a portuguesa (1975/1976), em termos da legislação produzida pelos Estados e da forma como a opinião pública reagiu à chegada destes cidadãos.

No capítulo 2, “Os Retornados «a Portugal»: experiências e perfil social”, começamos por abordar as razões que podem explicar o retorno e, utilizando a imprensa diária, descrevemos os diferentes caminhos utilizados pelos cidadãos em fuga, no seu regresso a Portugal. Em seguida, reconstituímos o perfil social dos retornados que vieram residir para o distrito de Évora, construído com base nos indicadores fornecidos pela ficha de recenseamento dos retornados: naturalidade, idade, estado civil, residência, profissão, colónia de origem, habilitações literárias e agregado familiar. Caracterizámos o respectivo universo e comparámo-lo com o da população residente. Destacámos as suas particularidades e a forma como contribuiu para a afirmação de uma «sociedade moderna”em contraponto a uma «sociedade tradicional”que os retornados rejeitaram, no momento em que optaram pela emigração para o espaço africano. Numa segunda análise, avaliámos o impacto que a experiência africana teve na situação sócio-profissional destes cidadãos, através da comparação entre a profissão declarada à saída e à chegada a Portugal.

No capítulo 3, estudámos os mecanismos de integração profissional disponibilizados pelo Estado Português. Começámos por caracterizar o universo dos retornados que nas colónias estiveram ao serviço da Administração Pública e, por isso, reuniam as condições de integrar o Quadro Geral de Adidos. Em seguida examinámos os pedidos de empréstimo para actividades produtivas com o intuito de identificar as actividades económicas que os retornados desenvolveram na região. Procurámos delimitar o universo dos retornados que beneficiaram destas medidas, de forma a determinar o peso que o Estado Português teve na sua integração.

Concluámos com uma reflexão/inventário de factores que poderão ter contribuído para o sucesso da integração e, fazemos ainda sugestões para novas investigações.

Capítulo 1: Europa, Impérios e retorno

1. Os repatriados na literatura académica

Um dos temas da agenda de investigação da historiografia contemporânea é o do repatriamento e integração de cidadãos europeus que, em virtude do processo de descolonização verificado após a 2ª Guerra Mundial, foram obrigados a regressar ao espaço europeu.

Se a importância da investigação sobre um tema estivesse, apenas, relacionada com o impacto de um determinado fenómeno na história nacional, naturalmente que a questão do retorno, seria recorrente na historiografia dos países colonizadores e, principalmente naqueles cuja presença de nacionais foi numericamente mais significativa. Assim, é natural que numa pesquisa bibliográfica ligeira, os trabalhos/monografias sobre o repatriamento francês sejam, comparativamente, superiores aos dos outros repatriamentos europeus, incluindo nestes o caso português.

Destacaremos, de forma cronológica, os trabalhos cuja leitura foi fundamental para o estudo que realizámos.

Em 1993, Jean-Jacques Jordi publicou *De L'exode a L'exil. Rapatriés et Pieds-noirs en France. L'exemple marseillais 1954 – 1992*, estudo sobre a forma como a cidade de Marselha lidou e se transformou com a instalação de 2.000 franceses da Indochina e outros tantos do Egípto, 40.000 repatriados de Marrocos e da Tunísia e mais de 100.000 “pieds – noirs” da Argélia (JORDI, 1993).

Em 1994 sob a direcção de Jean – Louis Miège e Colette Dubois foi publicada a obra *L'Europe retrouvée. Les migrations de la décolonisation*, onde se integram um conjunto de estudos nacionais sobre as causas do retorno, as suas modalidades e os efeitos nos Estados acolhedores. Este trabalho apresenta os primeiros resultados de uma linha de investigação europeia que em 1991, na cidade de Milão, reuniu investigadores belgas, espanhóis, franceses, italianos, holandeses, ingleses e portugueses. Foi então definido um programa de investigação para o período de 1940 até à actualidade. O caso português foi abordado por Colette Dubois no artigo “L'épineux dossier des retornados”. A autora começa por introduzir e caracterizar brevemente o contexto que antecede o regresso a Portugal dos cidadãos residentes nas ex-colónias, desde anos 60 onde, ao contrário dos ventos que varriam a Europa, a ligação entre Portugal e as suas colónias se reforçou através da manutenção do povoamento branco e da guerra colonial. O processo de descolonização inseriu-se no conjunto das modificações políticas que afectaram Portugal depois da “Revolução dos Cravos”. Enquanto António de Spínola defendia a “auto determinação controlada” como a solução política para uma guerra que não podia ter uma solução militar, Mário Soares, na sua qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros, optava pela abertura das negociações com os movimentos de libertação, em vista à auto – determinação e independência das colónias. A descolonização política seguiu um calendário negociado e de 10 de Setembro de 1974 (independência da Guiné Bissau) a 11 de Novembro de 1975 (independência de Angola) “L'immense empire colonial, vieux de plus de cinq siècles, ébranlé par treize

années de guerre coloniale coûteuses en hommes, dispendieuses pour l'Etat, impopulaires tant sur la scène nationale qu'internationale, disparaissait.” (DUBOIS, 1994, p. 214). Em consequência destas decisões políticas, Portugal foi confrontado com uma gigantesca vaga migratória: em doze meses, entre 500.000 a 600.000 retornados abandonaram as colónias, em circunstâncias particularmente difíceis. Na metrópole, não se sentiram queridos, mas 18 anos após este drama, alguns foram bem integrados mas muitos vivem “encore dans une sorte de fusion sentimentale avec l'Afrique et restent en marge de la vie économique portugaise (...)” (DUBOIS, 1994, p. 215). Collette Dubois dedica o primeiro ponto ao povoamento branco das colónias sob o título “Une timide tentative de peuplement blanc en Afrique” e, no segundo ponto trata das etapas do retorno, iniciando o seu relato com o fim da presença portuguesa na Índia, passando para os anos setenta e para o retorno de 500 missionários da província de Moçambique, para chegar à descolonização caracterizando, de forma sucinta, o ambiente vivido em Moçambique e Angola em resultados dos acordos para a independência. Na última parte do trabalho “Les communautés réinstallées”, são utilizados os dados e as principais conclusões da obra coordenada por Rui Pena Pires, “Os retornados. Um estudo sociográfico”. A autora fez também uma breve referência ao acolhimento dos retornados pela população residente. Considerados como concorrentes num mercado de trabalho em crise, os retornados eram olhados com desconfiança e catalogados reaccionários, ao ponto de alguns sindicatos recusarem a sua adesão. Neste contexto de rejeição, os retornados organizaram-se criando o seu próprio jornal “O Retornado” e associações de defesa dos seus direitos. Sem partido político constituído, os retornados contribuíram para o sucesso eleitoral do Centro Democrático Social (CDS) nas eleições de Abril de 1976 e para a existência do Movimento Democrático Libertação de Portugal (MDLP). No ano de 1977, alguns episódios mais violentos envolvendo retornados, revelavam o seu descontentamento em relação à forma como o seu dossier estava a ser tratado

pelas autoridades políticas. A questão das indemnizações foi o principal dos problemas e para o qual não houve resposta satisfatória. No entanto, apesar de todas as dificuldades e do sentimento de injustiça que experimentavam, diluem-se no tempo as posições mais extremistas dos retornados. Em conclusão, refere-se a contribuição dos retornados para o relançamento da economia portuguesa e a importância da língua portuguesa em África: mais de 20 milhões de africanos são lusófonos e, a partir de 1985, a língua portuguesa tornou-se um dos idiomas de trabalho da Organização de Unidade Africana.

Em 2003, num interessante artigo “The collapse of world dominion: the dismantling of European colonial empires and its impact on Europe”, Jean -Jacques Jordi (2003) voltou ao tema da descolonização tratando, numa perspectiva comparada, a resposta nacional ao regresso dos cidadãos e a sua integração nas respectivas sociedades europeias. Apesar de não apresentar dados novos em relação ao caso português, este exercício comparativo possibilitou um melhor conhecimento do fenómeno que, apresentando algumas características próprias, se revelou, no essencial, semelhante aos que aconteceram na Europa uma década antes.

Em Portugal, a questão dos retornados e da sua integração na sociedade, tem sido abordada numa perspectiva sociológica e demográfica. A partir de 1975, a Comissão de Planeamento da Região Norte, com o objectivo de conhecer e caracterizar a ocupação humana da região do Alto Tâmega, apoiou estudos técnicos que posteriormente publicou. Desses estudos destacamos os do técnico da referida comissão, o sociólogo José Maria Cabral Ferreira. Em Dezembro de 1975 apresentou o trabalho “Situação dos Retornados na Área Chaves – Valpaços”e, dois anos depois “Os Retornados da área do Alto Tâmega e a sua reintegração social.”Neste último trabalho, o único a que tivemos acesso, o autor define os retornados como uma minoria cultural, “adventícios”no seio da sociedade portuguesa e que se encontravam numa situação desfavorável, pois “foram arrancados do seu

ambiente, perderam bens, posição e relações, ficaram sem raízes e sem referências” (FERREIRA, 1995, p. 6) e instável, uma vez que o regresso ao espaço nacional foi por eles entendido como uma despromoção social. José Ferreira propõe-se perceber de que forma esta minoria vai interagir com e integrar a sociedade portuguesa. Com base no conceito de “universo organizado”³, o autor formulou o seguinte modelo de análise: 1º universo organizado retornado versus universo organizado radicado, situação em que a interação entre os dois universos poderia desenrolar-se de forma conflituosa; 2º universo organizado retornado versus universo não organizado radicado, caso em que se verificaria uma imposição ou assimilação activa dos valores e modelos dos retornados à sociedade portuguesa; 3º universo não organizado retornado versus universo organizado radicado que daria origem à absorção dos retornados pela sociedade portuguesa e, finalmente, universo não organizado retornado versus universo não organizado radicado e, neste caso, estaríamos numa situação indefinida e instável, contexto favorável ao aparecimento de uma ditadura. Passa à caracterização do universo dos retornados nos concelhos de Boticas, Chaves, Montalegre, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar com base nos seguintes dados: população, habitação, grau de instrução, escolarização, saúde, emprego. Teve também em consideração as iniciativas produtivas, culturais e recreativas, os centros de acolhimento e interação (Centros de Apoio aos Transmontanos Retornados Ultramar – CATRU’s -, Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais – IARN- e autarquias) e o caso específico dos desalojados em hotéis. Conclui que, na região estudada, o universo não organizado dos retornados se confronta com o universo não organizado dos radicados e interroga-

³ “Por «universo organizado» entendemos um conjunto social dotado de: uma cultura relativamente homogénea, um aparelho produtivo organizado e eficaz, um projecto sócio-político suficientemente definido e geralmente partilhado daí, um corpo social suficientemente integrado e coeso, com formas de interacção intrínseca, com objectivos definidos, externamente identificável como um todo.”, p. 16-17

se se a integração dos retornados é possível e qual o sentido e a forma dessa integração. À primeira questão responde com as características que considera favoráveis à integração, a saber: os retornados são naturais da região, conhecem a vida rural uma vez que na maioria dos casos os chefes de família foram para África já adultos e, em termos de habilitações literárias, não se encontram acima das que caracterizam o universo dos radicados. Pese embora o facto de a região não ter infra estruturas de apoio ao significativo aumento da população e as famílias radicadas sentirem um agravamento da sua situação de vida pelo facto de constituírem a resposta ao acolhimento, de os jovens retornados se apresentarem como um factor de fricção com o meio envolvente e de os retornados concorrerem pelos poucos empregos existentes, o autor considera que se vislumbra “um lento movimento de integração” (FERREIRA, 1995, p. 173). Quanto à forma e sentido da integração defende que, pelas características dos retornados, “a sua capacidade de iniciativa e de adaptação, o desejo efectivo de ascensão social, uma certa homogeneidade cultural que facilita a interacção e a inter-ajuda, uma «posição social intermédia» já alcançada em África”, (FERREIRA, 1995, p. 173) estes cidadãos representam um factor dinâmico numa sociedade em que os poderes políticos deveriam assegurar a estabilidade e traçar os rumos do desenvolvimento. Até ao momento em que escreve, a integração dos retornados na região do Alto Tâmega não decorria de um plano organizado de desenvolvimento, mas sim um processo de competição acentuada, de afirmação individual fruto de um jogo de influências e de um certo caciquismo, transformando o universo dos retornados numa clientela apetecível.

Em 1983, a Comissão de Coordenação da Região Centro promoveu, em Coimbra, o Seminário “Emigração e Retorno na Região Centro” cujas comunicações foram publicadas no ano seguinte. Do conjunto destes trabalhos destacamos dois que se prendem directamente com o tema em estudo: “The economic impact of returned

emigrantes: evidence from Leiria, Mangualde e Sabugal” de I.M. Boura e outros e também “Retorno de Desalojados e Retorno de Emigrantes” de J.M. Marques Leandro (1983). No primeiro estudo discute-se o impacto económico do retorno dos emigrantes, considerando como emigrantes, aqueles que regressaram após 1974 depois de viverem mais de um ano no Norte da Europa (especialmente em França e na República Federal da Alemanha) e os que retornaram das “ex- províncias ultramarinas”. Partindo do pressuposto teórico de que o impacto do regresso deve ser analisado pela conjugação de três tipos de factores: a experiência pré – emigratória, a experiência migratória e o ambiente para o qual o emigrante regressou, os autores caracterizam a população emigrante, segundo os seguintes parâmetros: sexo, idade, situação civil, habilitações académicas e emprego dos 184 indivíduos. Sobre a experiência migratória, o universo estudado apresenta características distintivas: os *retornados* tendiam a emigrar mais cedo, a permanecer fora do país durante mais tempo e, numa percentagem mais elevada do que os emigrantes, levavam consigo a esposa e os filhos. Quanto ao tipo de emprego e à sua posição na profissão, os emigrantes concentravam-se na indústria e na construção e 90,5% trabalham por conta de outrem, enquanto os *retornados* optavam pelo comércio e serviços públicos e, em 20% dos casos, eram patrões. Em termos de poupança, traduzidas em remessas enviadas para Portugal, ela era maior entre os emigrantes do que entre os *retornados*: 91,7% e 17,2% respectivamente. Sobre a experiência pós–migratória, os autores registam que 81,4% dos emigrantes regressavam ao seu concelho de nascimento e, apenas 61,5% dos *retornados* o fizeram. Inquiridos sobre o que pretendiam fazer, 31,3% dos emigrantes declaram não pretender trabalhar, 22,4% demonstravam a intenção de abraçar o comércio e 17,9% a indústria; entre os *retornados*, 27,8% optaram pelo comércio, enquanto 18,9% afirmavam querer fazer “qualquer coisa” e 17,8% “nada”. Quanto à via pela qual pretendiam efectuar a inserção na vida activa, 36,7% dos *retornados* esperavam

contar com a ajuda do governo através do IARN. Esta dependência em relação à ajuda governamental era mais forte entre os retornados. Com base nos dados sobre o principal emprego depois do retorno, os autores concluíram que a relação entre a experiência profissional anterior e a actual era mais forte entre os retornados que entre os emigrantes, excepto no caso dos que se concentraram na indústria e na construção civil. Por fim consideram que não foi possível, com os dados obtidos, determinar o impacto do retorno na economia. No entanto, defendem ser importante relacionar as características dos emigrantes com as potencialidades do mercado de trabalho da zona a que regressaram (BOURA, 1984).

No mesmo seminário, J.M. Marques Leandro apresenta o segundo dos estudos já referenciado “Retorno de Desalojados e Retorno de Emigrantes”, centrado no processo de integração. O autor descreve os serviços/organismos criados pelo Estado Português de apoio à integração dos desalojados/retornados, com o objectivo identificar neste processo “as situações e as soluções positivas e negativas que poderão ser adoptadas ou evitadas em possível retorno maciço de cidadãos portugueses emigrantes.” (LEANDRO, 1984, p. 355). Entre Abril de 1974 e Setembro de 1976, face à chegada de cerca de meio milhão de cidadãos, o Governo criou o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais na dependência da Presidência do Conselho de Ministros. A partir de Outubro de 1975, o IARN passou a ser tutelado pela Secretaria de Estado para os Retornados, integrada no Ministério dos Assuntos Sociais. Para este período, o autor apresenta alguns dados sobre o auxílio prestado aos retornados, em termos de subsídios de emergência, alojamento, habitação, apoio à emigração, apoio à infância, 3ª idade e deficientes, apoio a funcionários, empréstimos para integração, bagagem recebida e armazenada e viaturas, transportes, subsídios de desemprego, abono de família e prestações complementares, bolsas de estudo, géneros e roupas e camas. Para o período compreendido entre Setembro de 1976 e fins de 1979, o autor refere a criação do

Comissariado para os Desalojados, dirigido por um Alto-Comissário e do qual o IARN passou a depender. Este organismo cobria todo o território nacional, através da constituição em cada distrito e região autónoma de uma Comissão Regional ou Distrital para os Desalojados presidida pelo Governador Civil e da qual faziam parte o director de finanças distrital, o delegado do IARN e três desalojados, propostos pelo Governador Civil e nomeados pelo Alto-Comissário. Presidida pelo Presidente da Câmara, era também constituída uma Comissão Concelhia, que integrava o chefe da repartição de finanças, o representante distrital do IARN e três desalojados propostos pelo Presidente e nomeados pelo Governador Civil. No mês de Outubro de 1976, o Comissariado para os Desalojados levou a cabo o recenseamento da população desalojada com o objectivo de conhecer os principais problemas que enfrentavam e de delinear as estratégias de actuação. Este estudo permitiu recensear, em números redondos, 500.000 desalojados que correspondiam a cerca de 150.000 agregados familiares. O desemprego e o acesso à habitação constituíam as principais dificuldades. Na verdade, 22% dos indivíduos estavam desempregados, 14,3% estavam alojados por conta do Estado e a maior parte não tinha habitação própria, vivendo em casa ou partes de casa de amigos ou familiares ou em condições precárias. O Comissariado para os Desalojados direccionou a sua actuação para as seguintes áreas: criação de postos de trabalhos, habitação própria, alojamentos temporários por conta do Estado e acção social complementar à do Estado. Para todas as áreas foram criados programas, sub-programas e projectos. Em anexo, o autor faz referência ao programa de apoio aos desalojados em investimentos produtivos, que conduziu à criação de uma Comissão Interministerial de Financiamento de Retornados (CIFRE) e contou com a participação do sistema bancário. É também referenciado o programa de crédito para a aquisição de habitação própria que se desenvolveu com a participação das instituições de

crédito: Caixa Geral de Depósitos, Crédito Predial Português e Montepio Geral (LEANDRO, 1984).

A partir da publicação dos resultados do Recenseamento Geral da População de 1981 e, mais concretamente da resposta à questão sobre o local de residência dos inquiridos em 31 de Dezembro de 1973, estruturam-se uma série de estudos sobre o retorno dos nacionais em consequência do processo de descolonização das colónias portuguesas em África. Rui Pena Pires participa e coordena vários trabalhos realizados no seio do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Entre eles, “Os Retornados um estudo sociográfico” (PIRES, 1987) que tem como objectivo avaliar o impacto do retorno africano na estrutura da população portuguesa, através do conhecimento das características da população retornada, em termos da composição por sexo e idade, da sua distribuição regional, da estrutura da população activa e do seu nível de instrução e, em resultado desse conhecimento, equacionar as razões que explicam a assumida fácil integração dos retornados na sociedade portuguesa. Considerando *retornado* todo aquele que, no Censo de 1981, declarou residir nas colónias em Dezembro de 1973, constata-se que, neste universo de 505.078 pessoas, 61% retornaram de Angola, 33% de Moçambique e 6% das outras colónias e que 60% deles nasceram em Portugal, sendo entre estes, particularmente acentuado o peso dos indivíduos com mais de 40 anos. Na verdade, os dados apresentados mostram que enquanto 85% dos indivíduos com mais de 40 anos eram naturais de Portugal, no grupo dos 0-15 anos e 15-39 anos, aquela percentagem era apenas de 16% e 40 % respectivamente. Quanto aos de origem europeia, 32% dos retornados nasceram no norte do país, 36% no centro, 20% na região de Lisboa, 9% no Sul e 4% nas ilhas. Os distritos de Lisboa, Porto, Viseu, Bragança, Guarda e Vila Real foram os que mais contribuíram para a emigração para as colónias enquanto a região alentejana foi a que menos participou neste fenómeno migratório.

A descolonização originou um movimento migratório de sentido contrário ao tradicional e o estudo revela que mais de metade dos retornados escolheram residir essencialmente nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal enquanto que o Alentejo, Viana do Castelo e ilhas foram as regiões do país onde a sua presença se tornou menos significativa. Numa análise mais detalhada e utilizando como indicador a percentagem de retornados na população residente de cada distrito e concelho, conclui-se que os distritos de Bragança, Guarda, Lisboa e Setúbal foram aqueles em que essa percentagem foi mais elevada respectivamente, 8%, 7%, 8,1% e 7,5%. No distrito de Évora o peso dos retornados no efectivo da população situou-se nos 2,2%. No que respeita à relação entre a naturalidade dos retornados e a sua residência, verificou-se que cerca de 53% dos retornados regressaram ao distrito de naturalidade, excepto no caso do Alentejo (e Castelo Branco) em que aquela percentagem foi inferior a 40% e de todo o interior do país com uma percentagem inferior a 50%. Nos distritos do Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal, 60% dos aí nascidos escolheram-nos como local de residência após o retorno. Em suma, as regiões mais dinâmicas economicamente e onde o mercado de trabalho era mais vasto, conseguiram fixar os seus naturais e constituíram-se como pólos de atracção para os naturais de outros distritos e também para os africanos, como foi o caso da área metropolitana de Lisboa.

Sobre a estrutura demográfica da população retornada verifica-se que, em contraste com a população residente, aquela caracteriza-se por uma relação de masculinidade positiva, um forte peso relativo de jovens em idade activa e de mulheres em idade fecunda. Esta característica contribuiu para inverter as tendências regressivas da população portuguesa nas décadas anteriores. Embora a população retornada de Moçambique fosse menos jovem do que a que regressou de Angola, ambas eram duplamente jovens: concentrando-se nos escalões etários dos 40 anos, colocando-se acima dos 65 anos apenas 4,7% de indivíduos. Ocorria

uma concentração de efectivos nos grupos entre os 30 e os 40 anos e entre os 10 e os 19 anos. A estrutura etária da população que se fixou no Alentejo e nas ilhas, sendo duplamente jovem, contrastava fortemente com a população residente. Na região do Alentejo, um pequeno número de retornados foi suficiente para inverter as tendências regressivas da população. Os retornados distinguiam-se ainda por apresentarem uma maior intensidade do casamento, expressa por uma baixa proporção de celibatários aos 50 anos, por uma maior ocorrência de divórcios e separações em todas as idades e por maior incidência de recasamentos, indiciada pela proporção reduzida de viúvos até aos 60-64 anos.

Quanto à formação escolar, os autores concluíram que a população retornada era, em média, muito mais qualificada que a população residente e que a restante população emigrada. Deste modo, o retorno colonial contribuiu para reforçar os efectivos mais qualificados da população portuguesa, principalmente nas áreas de formação mais ligadas às actividades económicas.

Sobre o impacto/ inserção dos retornados na vida activa o estudo concluiu que, em 1981 representavam 6,2% dos activos nacionais e que a taxa de desemprego era maior entre eles que entre a população residente (14,5% contra 6,4%). Em termos do emprego 72% dos retornados activos estavam ligados ao “serviço à colectividade, indústrias transformadoras e o comércio, restaurantes e hotéis;” e 27% desenvolviam a sua actividade na “construção e obras públicas, transportes, armazenagem e comunicações, a agricultura, silvicultura e pesca, bancos, seguros e serviços a empresas.” (PIRES, 1987, p. 129). Quanto à quota relativa dos retornados nos activos dos principais sectores de actividade constatou-se que na banca, seguros e serviços a empresas, serviços à colectividade, serviços pessoais e sociais, constituíam 10% dos activos; no comércio, restaurantes e hotéis, transportes, armazenagem e comunicações, electricidade, gás e água, representavam entre 6,5% e os 9,5% dos trabalhadores; na construção e obras públicas, indústrias extractivas e

transformadoras, eram cidadãos retornados entre 4% e 5% dos activos, enquanto na agricultura, silvicultura e pesca apenas 2% dos activos pertencia a este sector de actividade.

É também destacado que os retornados têm um maior peso relativo nos grupos profissionais mais qualificados: profissões científicas, técnicas e artísticas, dirigentes e quadros superiores, assim como no grupo do pessoal administrativo, comerciantes e vendedores.

O capítulo III desta obra é dedicado à avaliação dos programas de apoio financeiro à população retornada e é da autoria conjunta de Fernando Moniz e Manuel Pisco. Os autores focalizam a sua atenção especialmente nos programas da responsabilidade do Estado Português: aquele que teve como principal responsável a Comissão Interministerial de Financiamento dos Retornados e que ficou conhecido como o programa CIFRE e Programa de crédito à habitação própria. Fazem também uma abordagem mais ligeira ao programa para a criação de postos de trabalho da responsabilidade da União de Caridade Portuguesa, a “Cáritas”.

Em relação ao programa CIFRE, destacam o esforço financeiro realizado: foram investidos cerca de 20 milhões de contos como crédito para o financiamento de 8350 projectos que conduziram à criação de 64.577 postos de trabalhos. Este capital distribuiu-se pelos seguintes sectores de actividade: 47% nas indústrias transformadoras, agricultura, silvicultura e pesca; 29%, no comércio por grosso e a retalho; 15% nos serviços; 4,6% na construção; 2,1% nos transportes e 1,2% nas indústrias extractivas.

Em 2003, Rui Pena Pires publicou a sua tese de doutoramento “Migrações e Integração. Teoria e aplicações à sociedade portuguesa” retomando o tema dos retornados e da sua integração na sociedade portuguesa. Logo na Introdução, o autor dá conta de um erro cometido no trabalho anteriormente referenciado e que se prende com o número de retornados então calculado: por terem sido

considerados os africanos sem nacionalidade portuguesa, aos 505.078 indivíduos contabilizados pelo Instituto Nacional de Estatística em resultado do censo de 1981, deviam ser retirados 28.685 agora identificados como cidadãos dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). No entanto, esta diferença não põe em causa as conclusões do estudo realizado em 1987. O objectivo da tese foi teorizar acerca da integração dos retornados na sociedade portuguesa. Esta integração assumiu contornos específicos tanto mais que a sociedade portuguesa se confrontava, então, com a questão referente à integração dos imigrantes africanos por um lado, e, por outro, com a presença crescente dos imigrantes europeus.

Esclarecer teoricamente os contornos dessa integração foi o objectivo da 1ª parte. Na 2ª parte e à luz do modelo analítico que constrói inicialmente, o autor analisou as diferentes etapas da transformação de Portugal num país de imigração desde 1974 até à actualidade, e dedica o 4º capítulo à assimilação dos retornados pela sociedade portuguesa concluindo que “os retornados foram incorporados no espaço identitário definidor da pertença à sociedade portuguesa, num processo tanto de auto como de hetero-categorização, participando de modo alargado nos quadros de interacção locais. No plano sistémico, a sua integração não desembocou na emergência de lógicas concorrenciais de acesso aos recursos, tendo sido politicamente gerida com base em critérios que se afastaram dos modelos de discriminação positiva e favoreceram, em alternativa, processos de individualização.” (PIRES, 2003, p. 247)

Fernando Tavares Pimenta publicou, em 2008, a sua tese de doutoramento “Angola, os Brancos e a Independência”. Para o estudo que desenvolvemos, interessou – nos particularmente a resposta a uma das questões do capítulo seis “O 25 de Abril e a independência de Angola” e que é a seguinte: por que é que a maioria dos brancos abandonou Angola nas vésperas da independência? Em devido tempo voltaremos a este assunto.

O estudo da literatura académica sobre o repatriamento e a integração dos cidadãos europeus, ao mesmo tempo que nos possibilitou um conhecimento geral do tema e das linhas de investigação que em torno dele se vão constituindo, determinou a necessidade de ensaiarmos leituras comparativas, com o objectivo de detectar particularidades e, sobretudo semelhanças entre os processos de retorno colonial experimentados por outras populações europeias. Escolhemos, como termo desta comparação, a experiência francesa porque, tal como a portuguesa, foi uma descolonização por conflito.

2- Experiências de retorno: França (1962) versus Portugal (1975)

Na economia europeia que se estruturou após a 2ª Guerra Mundial, o lugar das colónias subalternizou-se face aos desafios que os europeus tiveram que enfrentar. Entre a competição americana e a ameaça soviética, a Europa procurou afirmar-se como um espaço económico comum. Nesta perspectiva os impérios coloniais representavam uma desvantagem económica, uma vez que exigiam um esforço suplementar de investimentos. Por outro lado, a partir da década de 60, a Europa viveu sob a acção conjugada de dois fenómenos: por um lado, as aspirações independentistas das colónias e, por outro, um processo de descolonização e o subsequente fluxo migratório.

Sendo um fenómeno europeu, visto que são europeus os países colonizadores, a descolonização apresenta semelhanças e particularidades nacionais. De forma geral, podemos distinguir como Jean-Jacques Jordi, a experiência de descolonização inglesa da experiência francesa. A primeira, pautada por uma política de pragmatismo, revelou-se um processo pacífico, de negociação, enquanto

a segunda, foi caracterizada por lutas violentas na Indochina e na Argélia. (JORDI, 2003).

A descolonização portuguesa aproximou-se mais da via francesa e apresentou como particularidade o envolvimento de Portugal, a partir dos anos 60, numa luta pelo controle do seu império que durou 14 anos. A guerra colonial ao mesmo tempo que conduziu ao isolamento de Portugal na cena internacional, manteve-se devido a uma neutralidade colaborante dos Estados Unidos da América, França, Grã – Bretanha e República Federal Alemã, parceiros da Aliança Atlântica. (PINTO, 1999, p. 52).

No momento em que a Europa abandonava as suas colónias para experimentar uma modernização alicerçada no seu espaço, Portugal continuava a manter, na relação económica com as províncias ultramarinas, a máxima de Salazar proferida em 1936 “(...) que as colónias produzam e vendam à metrópole as matérias-primas e com o preço destas lhe adquiram os produtos manufacturados.”. Assim, “Até ao começo dos anos 60, esse comércio era estruturado na base de um sistema de preferências: os produtos metropolitanos beneficiavam de reduções pautais (da ordem dos 50%) e de facilidades no licenciamento nos territórios ultramarinos e, em contrapartida, as mercadorias daqueles territórios obtinham reduções de 60% nos direitos de importação no mercado metropolitano. No caso do açúcar, das oleaginosas, do tabaco e do algodão havia mesmo uma reserva de mercado a favor das produções coloniais: as importações destes produtos com proveniência do estrangeiro só eram autorizadas na medida em que não criassem dificuldades à colocação daquelas produções; pela mesma razão, estava proibida a produção em território metropolitano de tabaco e de beterraba sacarina.” (LOPES, 1996, p. 278).

Em consequência das suas obrigações de membro da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) (1960) e do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio do (GATT) (1962), Portugal foi obrigado a alterar juridicamente as relações

económicas preferenciais que mantinha com as colónias, através da criação de uma zona de comércio livre, estabelecida pelo Decreto-Lei nº 44.016 de 8 de Novembro de 1961. “O espaço económico português” assim criado, não revitalizou as relações comerciais entre a metrópole e as colónias uma vez que “ (...) por virtude da progressiva integração económica de Portugal na Europa, as transacções comerciais com os territórios coloniais foram perdendo importância relativa ao longo da década de 60: entre 1960 e 1973 a participação daqueles territórios nas importações totais metropolitanas baixou de 14,4% para 10% e nas exportações assistiu-se a uma descida de 25,6% para 14,8% do total.” (LOPES, 1996, p. 279). Apesar disto “ (...) no período de 1960 – 1973 o crescimento económico nacional foi rápido sobretudo porque Portugal estava a ser contagiado pela onda de prosperidade que se espalhava por toda a Europa Ocidental: os efeitos dessa prosperidade chegaram até nós sob a forma de procura acrescida para os bens e serviços da nossa exportação, da atracção sobre os trabalhadores que engrossavam as correntes da emigração, do afluxo de investimentos estrangeiros e da dinamização das classes empresarial e tecnocrática portuguesa, cada vez mais influenciadas pelo que se estava a passar em países vizinhos.” (LOPES, 1996, p. 253) e, por isto “Nem sequer as guerras coloniais, iniciadas em 1961, perturbaram muito a economia: o seu efeito económico negativo mais em evidência foi o enorme acréscimo das despesas do Estado com as actividades militares, mas, mesmo assim, o equilíbrio das finanças públicas não foi seriamente abalado.” (LOPES, 1996, p. 236).

Na mesma linha de pensamento Costa Pinto acrescentou “Curiosamente, o fundamental da guerra colonial, dar-se-á numa fase em que as colónias diminuam o seu peso na economia portuguesa, a favor da Europa, particularmente, a área da EFTA” (PINTO, 1999 p. 52).

Mais do que uma necessidade para o crescimento económico, o colonialismo português e a guerra que lhe foi inerente, alicerçou-se em opções de carácter

político-ideológico e, em consequência disso, a descolonização portuguesa aconteceu duas décadas após a generalidade europeia.

Apesar da distância temporal, os movimentos migratórios resultantes do abandono colonial apresentam características comuns. A rapidez e amplitude deste fluxo migratório surpreendeu os estados europeus, tanto mais que, pela primeira vez a Europa passou de centro de origem dos movimentos migratórios para terra de acolhimento das populações obrigadas a abandonar os, agora, novos estados. Confrontados com esta realidade, os estados europeus colonizadores foram “obrigados” a criar legislação específica e estruturas administrativas para o acolhimento e integração dos cidadãos repatriados. A legislação de apoio ao enquadramento dos repatriados no seio da sociedade europeia variou de acordo com diversos factores, entre os quais: o tipo de população repatriada, o processo de descolonização, a situação económica do país acolhedor e a capacidade de mobilização e de pressão dos repatriados. É, no entanto, possível detectar alguns aspectos comuns na legislação produzida nos diferentes países, pois comuns foram os problemas que os repatriados enfrentaram no momento de um regresso traumático e, geralmente, sem tempo de preparação, com destaque para a implementação de medidas sociais de acolhimento e integração de curto e médio prazo como: a ajuda monetária imediata à chegada; alojamento em hotéis, colónias de férias, fábricas desactivadas, quartéis e até mesmo em antigos campos de concentração, requisitados pelos Estados para o efeito; criação de linhas de crédito para aquisição, construção ou reparação de habitações; afectação, à população repatriada, de uma percentagem de habitações sociais; pagamento de subsídios de desemprego e apoio social diverso; elaboração de programas de investimento e de criação de postos de trabalho e indemnização por bens perdidos.

2.1. Retornados e *Pieds – Noirs*: exercício comparativo

Sabemos que o retorno português se distingue dos processos de repatriamento europeus principalmente porque decorreu num momento de crise económica nacional e internacional e de grandes transformações políticas internas, porque foi um movimento muito rápido (do Verão de 1975 ao Inverno de 1975/76) e porque envolveu efectivos muito elevados. Também no caso francês se verificaram as duas últimas características: entre Fevereiro e Dezembro de 1962 entraram em França 1 milhão de repatriados da Argélia. Sabemos também que grande parte dos retornados eram emigrantes de primeira geração e, conseqüentemente, com ligações à metrópole, enquanto 80% dos *pieds – noirs* já tinham nascido na Argélia.

O exercício de comparação que decidimos fazer parte das seguintes questões: em primeiro lugar, o que se passou com os retornados portugueses no seu regresso a “casa”, nomeadamente, a (in) compreensão que encontraram e a forma, algumas vezes violenta, como reagiram às provocações, foi ou não um fenómeno tipicamente português? Em segundo lugar, interessou-nos verificar se face ao mesmo tipo de problemas, os estados reagiram ou não de forma mais ou menos semelhante, partilhando o *know-how* já adquirido, tanto mais que cerca de uma década separou as duas descolonizações. Simplificando, o que há de comum na legislação criada de apoio à integração dos repatriados em Portugal e em França?

Os retornados portugueses atribuíam ao poder político a responsabilidade pela situação em que se encontravam e contra ele dirigiam a sua indignação “Durante todo o percurso, para além das palavras de ordem «Queremos cá os nossos irmãos» e «Abaixo o MPLA», foram gritadas outras como, «Morte ao Rosa Coutinho», «Otelos para Moçambique», ao mesmo tempo que se ouviam ameaças contra aqueles e

outros destacados elementos do MFA.” (DN 21/08/1975), e sentiam-se alvo de incompreensão devido a uma campanha orquestrada com o intuito de denegrir a sua imagem “Não é justo nem honesto canalizar o «odioso» do passado colonial de Portugal para os ombros dos portugueses ultramarinos e que o «lavar» desse passado e maculante contencioso passe indispensavelmente pelo sacrifício desses portugueses.” lê-se numa carta entregue em Belém pela Comissão dos Deslocados do Ultramar. (DN, 31/01/1975).

Regressaram a Portugal em condições dramáticas e através de uma ponte aérea criada face à “necessidade (...) imposta pelo sensível aumento de portugueses que preferiram, pelo recente evoluir da situação em Angola, regressar a Lisboa, está a ser organizada pelo IARN, (uma ponte aérea) na dependência directa do Conselho de Ministros e do apoio do Ministério da Coordenação Interterritorial. Colaboram também, em serviços de apoio à recepção dos desalojados, brigadas femininas da Cruz Vermelha, funcionários do IARN, bem como brigadas juvenis da CVP”. (DN, 7/08/1975). Esta acção de evacuação intensificou-se à medida que se aproximava a data para a independência das ex – colónias, obrigou à utilização do aeroporto de Pedras Rubras e ao recurso à ajuda internacional. Em notícia publicada no “The National Intelligence Daily” Portuguese President Costa Gomes has formally asked the US assistance in airlifting Angolan refugees to Portugal (...) Lisbon also approached the British and French for help.”(23 /08/1975)

Até ao dia 4 de Setembro, os aviões dos EUA já tinham realizado 54 voos e transportado 14.633 passageiros, os do Reino Unido, 21 voos e 3.914 pessoas, RDA e França, 16 voos e respectivamente 2.417 e 3.123 passageiros, os aparelhos da RFA, 14 voos e 3.214 passageiros e a URSS realizara 8 voos tendo transportado 1.182 retornados. (DN, 2/10/1975). Nestas circunstâncias, entende-se que “Muitos dos regressados têm passado horas, por vezes dias no aeroporto, aguardando a chegada do que lhes foi possível trazer ou esperando por familiares que não

puderam viajar em conjunto, porque, segundo nos relatam, tanto em Luanda como em Nova Lisboa, os embarques, em alguns casos, processam-se na base do “salve-se quem puder”. (DN, 11/09/1975)

A partir de determinado momento, os cidadãos portugueses passaram a viver, principalmente em Angola, numa situação que ninguém controlava. Em finais de Agosto de 1975, a comissão nacional dos desalojados que, em Nova Lisboa, coordenava o apoio aos refugiados, fez chegar um memorando ao Ministério dos Negócios Estrangeiros dando conta das condições existentes: perto de 100 mil pessoas esperavam o regresso a Portugal, mas a cidade não oferecia condições para os alojar. Assim, dormem ao relento “com uma manta por cima e outra por baixo” e acrescentam que “não há colchões, não há mantas, não há comida, não há combustível, não há remédios, não há anti-palúdicos, não há médicos, não há enfermeiros.” (DN, 29/08/1975)

Uma vez chegados a Portugal, os problemas continuavam. A imprensa mostrava aos leitores, cidadãos destroçados e revoltados com uma situação que mudara completamente o rumo das suas vidas. Ao mais pequeno pretexto, os retornados faziam explodir a sua revolta, como o confronto que ocorreu entre eles e um jipe da Polícia Militar no Rossio em Lisboa, em finais de Setembro. Segundo o relato do Diário de Notícias (25/09/1975) tudo começou com insultos aos elementos que seguiam num jipe que circulava a baixa velocidade na “zona onde se costumam concentrar os retornados” obrigando os militares a disparos para o ar e a chamar reforços, tendo-se também registado confrontos com os populares que, entretanto, se tinham aproximado. Um mês depois, após uma manifestação em que se gritaram “palavras de ordem reaccionárias”, cerca de 200 retornados assaltaram a Casa de Angola de onde retiraram a bandeira do MPLA. No mês de Novembro tomaram de assalto o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas onde fora hasteada a bandeira do Movimento Popular de Libertação de Angola e, dias depois deste

incidente, 3.000 retornados concentrados junto às instalações do IARN na Junqueira reagiram de forma violenta à passagem de uma manifestação de apoio ao MPLA e confrontaram-se fisicamente com os manifestantes. (DN, 27/10, 12/11, 22/11)

Manifestações de revolta e confrontos com a população também foram vividos pelos repatriados da Argélia, “A Marseille, la place de la Bourse est le lieu de retrouvailles de centaines de rapatriés à la recherche d’un emploi, d’un logement ou tout simplement d’informations qui circulent de bouche à oreille. En Juillet, la place marseillaise prend chaque jour qui passe l’allure du Forum d’Alger. La tension monte entre les rapatriés et les chauffeurs de taxis pour qui la place de la Bourse est un lieu de travail majeur. D’inévitables heurts se produisent fin juillet.”(JORDI, 1993, p. 91) e “Des altercations éclatent parfois entre Marseillais et rapatriés comme ce dimanche 22 juillet dans l’après – midi où, dans le quartier du Panier, une cinquantaine de personnes s’affrontent, ce que nécessite l’intervention des forces de police (...)” (JORDI, 1993, p. 93).

De notar, em comum, a necessidade que os repatriados tiveram de se apropriar de um espaço na cidade, transformando-o com a sua presença, num local de solidariedade, de encontro, num espaço onde partilhavam problemas e ganhavam forças para os enfrentar: a *Place de la Bourse* foi para os *Pieds – Noirs* de Marselha, o que o Rossio lisboeta representou para os retornados portugueses.

A imprensa fez eco destas manifestações e, ao mesmo tempo, transmitia a preocupação do poder político (Movimento das Forças Armadas) face ao impacto deste retorno “As consequências para Angola dum saída maciça da população branca serão simplesmente catastróficas. Efectivamente a vida angolana será afectada profundamente em todos os domínios, nomeadamente administração pública, saúde, justiça, indústria, comércio e transportes devendo pôr-se a hipótese de uma derrocada económica (...). Não menos graves serão para Portugal as consequências de um fluxo significativo a partir de Angola: aumento da taxa de

desemprego para um valor crítico com conseqüente aumento da instabilidade social; enfraquecimento dos laços culturais, políticos e económicos a estabelecer em Angola, de imediato e de primordial interesse para a defesa da revolução portuguesa; redução das possibilidades de ligação ao terceiro mundo; inserção na sociedade portuguesa de população traumatizada e talvez couraçada contra a revolução, que identifica como causa dos seus males; e, finalmente, o aproveitamento que a reacção interna e internacional não deixará de fazer, na tentativa de desacreditar a descolonização e, por ela, todo o processo revolucionário português e o MFA.” (“O êxodo branco”, DN 31/05/ 1975)

A falta de sensibilidade do MFA e do poder político para com a situação vivida pelos retornados, (...) marcou, desde muito cedo, a relação entre aqueles e os cidadãos residentes nas ex – colónias. No final de uma reunião que decorreu no Ministério da Coordenação Interterritorial, uma comissão designada Comissão dos Deslocados do Ultramar distribuiu um comunicado com o seguinte teor: “Em face do desinteresse e indiferença manifestados, a Comissão dos Deslocados do Ultramar lamenta que seja forçada a pôr em dúvida que o Governo Português tenha procurado assegurar e garantir os direitos e interesses legítimos dos portugueses ultramarinos, como repetidamente se tem declarado (...). Considera que parecem estar a ser criadas, não só nos departamentos oficiais mas, também, na actividade privada, condições de absoluta rejeição dos portugueses ultramarinos, de modo a desestimular o seu regresso a Portugal e provocar o retorno aos territórios ultramarinos dos que se encontram em Portugal.”. A comissão classificava ainda de “desumano, antidemocrático e injusto impor a obrigatoriedade da prestação de serviço nos territórios das ex-colónias, após as respectivas independências, sem acordo do

funcionário.” (“Deslocados do Ultramar querem ficar em Portugal”, Diário do Sul, 23/01/1975)⁴

O “fardo” que os retornados podiam representar para a sociedade foi igualmente sentido em França. Em Marselha, a 21 de Outubro de 1961, o journal Antenne publicava “Nous pensons fort justement à une difficile assimilation et à une difficile intégration des nouveaux venus dans Marseille. Ils vont s’ajouter aux difficultés qui ne sont pas encore résolues pour sa population... et ajouter encore aux problèmes de la jeunesse.”(JORDI, 1993, p. 92).

Em Fevereiro de 1976 face à incapacidade política de travar o êxodo da população, uma parte da elite política governamental, em particular de origem colonial, avaliava de forma diferente a presença em Portugal dos retornados:

“... para um país que precisa de ser reconstruído, o regresso maciço nele de quem traz consigo a experiência de fazer países está longe de ser um mal. Quem regressa? Gente que emigrou porque foi incapaz de se resignar à rotina de ficar. Gente que, em contacto com mais amplos horizontes aproveitando-se de mais generosas possibilidades, lançou iniciativas, montou indústrias, pôs a roncar tractores, instalou circuitos comerciais, atingiu altos níveis de vida e foi escravo deles. Gente que se valorizou e educou os seus filhos. (...) Regressam, pois, fazedores de pátrias. Quem, sem prejuízos idiossincráticos, dirá que não são precisos e úteis aqui? Para além disso, regressam possuídos de espírito de «revanche», ávidos de refazer o que fizeram, de mostrar que são capazes de conquistar à chegada mais valorizados, o lugar que lhes foi recusado à partida (...). Regressam médicos, engenheiros,

⁴ Uma das preocupações que o conflito angolano levantava a Portugal está patente num relatório da CIA datado de 27/06/1975 “...The Portuguese leaders major concern is to prevent civil war, which could have serious political repercussions in Lisbon. They hope, for example, an increase in the number of white refugees returning to Portugal who would add to the turbulence there.”

professores, juristas, empresários, técnicos qualificados, que em termos de rendimento potencial – e em parte já efectivo, representam uma fortuna.

Regressou uma legião de jovens que traz nos olhos a visão dos grandes espaços e o sonho dos grandes empreendimentos. Que prodigioso capital humano! É por isso que me recuso a compreender algumas manifestações de resistência à sua integração na sociedade continental, como se tivessem de expiar, pela segregação, «o crime» de terem explorado o preto. Entendamo-nos: ou ninguém os explorou, ou todos os explorámos. Directa ou indirectamente, nenhum português pode atirar a primeira pedra a qualquer dos seus concidadãos. Muitos eram vasos comunicantes entre a economia metropolitana e as economias coloniais (...) Convoquemos Diógenes do fundo do tempo, para com a sua lanterna procurar um português, um só, que de uma maneira mais ou menos directa não tenha sido beneficiário do fenómeno colonial.” (“Os problemas dos retornados, das eleições, da informação”, Almeida Santos, DN, 10/02/1976)

Também em Marselha só restava ao poder político aceitar a realidade que o retorno representava e dele tirar partido. Depois de ter afirmado “Qu’ils (les rapatriés) quittent Marseille en vitesse, qu’ils essaient de se réadapter ailleurs et tout ira pour le mieux” o Presidente da Câmara de Marselha “se rend compte qu’une bonne partie des Français d’Algérie (...) ont élu la ville phocéenne comme lieu d’installation et de nouvelle vie. Dès lors, conscient des nouveaux enjeux politiques et économiques, Gaston Defferre aura à coeur d’obtenir des établissements scolaires, sanitaires et des logements locatifs. Cela ne se fera pas du jour au lendemain, mais le paysage urbain se transforme radicalement.”(JORDI, 1993, p. 95).

O exercício comparativo, ao mesmo tempo que contribui para uma melhor compreensão do fenómeno do “retorno traumático”, permite relativizar fenómenos que pela sua proximidade histórica ainda tocam os actores neles

envolvidos. Tanto no Portugal da “Revolução”, como em França de 1962, os regressados enfrentaram ambientes hostis (porque concorrenciais), foram mal

compreendidos por uma parte da população que foi obrigada a recebê-los e sentiram-se mal tratados pelos poderes públicos. Apesar de tudo e para lá da espuma dos acontecimentos e das dificuldades vividas pelos cidadãos regressados ao espaço europeu, o poder político preparou o acolhimento destes deslocados, quer criando ou renovando estruturas administrativas⁵, quer através de legislação específica dirigida para o seu enquadramento na sociedade.

A comparação entre a legislação francesa e a portuguesa de acolhimento permite-nos concluir que a administração portuguesa se inspirou na legislação que foi elaborada para o acolhimento e integração dos franceses *d’outre – mer* (ver quadro comparativo, anexo 1). Enfrentando o mesmo tipo de problemas, os países inspiraram-se uns nos outros e assim, acabou por estabelecer-se uma espécie de direito internacional do repatriado que “...définit le cadre juridique du droit à la reconnaissance de la nationalité, à l’indemnisation, à l’aide à la réintégration – ou à l’intégration – dans la communauté nationale.” (DUBOIS e MIÈGE, 1994,p. 125)

Convém determo-nos na questão das indemnizações. Já afirmámos que a resposta nacional ao regresso se prendeu-se com vários factores, entre os quais, situação económica do país de acolhimento, as circunstâncias em que decorreu o processo de descolonização e a capacidade de mobilização e pressão dos retornados. Em Portugal, fruto da grave situação económica⁶, mas também de uma matriz política fortemente marcada pela má consciência do estado colonizador e pela euforia romântica de uma revolução socialista, nunca os poderes públicos equacionaram a questão das indemnizações materiais por perdas ou por propriedades

⁵ Porque eram países coloniais, tanto França como Portugal, possuíam anteriormente ao «boom» da descolonização, estruturas de apoio e acolhimento de nacionais. (ver anexo 1)

⁶ Sobre a crise que atingiu a economia mundial em 1973-74 e a forma como Portugal é por ela afectado, ver Silva Lopes, 1996, p. 239 a 241.

nacionalizadas pelos governos dos novos estados. Esta opção marcou a relação dos retornados com o poder político e foi, no nosso entender, a razão primeira da

tensão entre eles e o governo. Algumas das acções de protesto mais mediáticas levadas a cabo pelos retornados foram fruto da discordância em relação a esta opção político/económica. Quando em 2 de Setembro de 1975, organizam de forma violenta o assalto ao Banco de Angola em Lisboa, apoderando-se de autocarros com os quais bloqueiam o trânsito na ponte 25 de Abril, provocando confrontos físicos com populares, o seu objectivo era chamarem à atenção para a sua situação e exigirem do Ministério das Finanças “a transferência de quantias de dinheiro relativas aos valores dos bens móveis ou imóveis deixados em Angola” (DN, 2 de Setembro 1975).

Dias depois, constitui-se uma nova associação de retornados denominada Associação dos Portugueses Refugiados do Ultramar (APRU) que apresentava como grandes objectivos, pressionar o poder político no sentido de conseguir “a transferência para Portugal das garantias depositadas em bancos de Angola e a indemnização dos bens imobiliários ali deixados” e adiar a independência de Angola. (DN, 20/09/1975)

Nos primeiros meses de 1976, uma Comissão para a Proposta de Resolução Imediata da Situação dos Refugiados (CPRISR), foi recebida em S. Bento onde entregou um caderno reivindicativo, no qual constava, entre outros, a exigência ao governo da “avaliação dos bens dos portugueses no ultramar, para devolução, em moeda aos seus proprietários.” (DN, 28 de Março de 1976). Todavia, os retornados portugueses não conseguiram constituir-se como grupo de pressão de forma a interessar ou influenciar as forças partidárias pela sua causa. Para a história fica a existência fugaz de um “partido político”, o Centro Social Independente (C.S.I), criado a 17 de Fevereiro de 1976 com o objectivo de contribuir para a resolução dos problemas específicos dos retornados e de ter uma participação activa nas eleições.

Em comunicado à imprensa em 18 de Fevereiro de 1976, a par da composição do seu *staff* político (como Presidente o Dr. Freitas de Lemos e o Eng. Pompílio da Cruz como chefe do departamento político), o C.S.I., inexplicavelmente, aconselhava os retornados a integrarem, se para tal fossem convidados, as listas dos partidos políticos existentes. Sabemos que o Partido Popular Democrático (PPD), o Centro Democrático Social (CDS) e o Partido Popular Monárquico, integraram nas suas listas às eleições legislativas, candidatos retornados. (DN, 9/03/ 1976)

No acto eleitoral de Abril de 1976 e segundo Jean-Jacques Jordi , da opção eleitoral dos retornados resultou que ,“(...) the Social and Democratic Center, which posed as a defender of the *retornados* and proposed settlement assistance and indemnities, benefited from their vote and increased its number of parliamentary deputies from twelve to forty – two.”(JORDI, 1993, p. 52). Todavia, como notou Collette Dubois esta posição partidária não se fidelizou “une fois surmontées les difficultés de la réinsertion, les *retornados* perdent leurs positions politiques et idéologiques conservatrices qui n’eurent donc qu’un caractère transitoire.”(DUBOIS, 1994, p. 234).

Sobre a participação dos retornados na vida política, não podemos deixar de referir que ela não foi sempre e só a “politicamente correcta”. Na verdade “These frustrated *retornados* constituted an ideal recruiting ground for the extreme right of the metropolitan political spectrum, which had never reconciled itself to the loss of *Ultramar*” (HARSGOR, 1980,p. 146) O autor reporta a presença destes cidadãos em organizações ilegais como o movimento Pró-Pátria e a Brigada de Vingadores, assim como no Movimento Independente para a Reconstrução Nacional (MIRN) de Kaúlza de Arriaga e o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP) do General Spínola.

A par deste envolvimento associativo e político, os retornados contaram, a partir de 10 de Outubro de 1975 e até 1981, com o *Jornal O Retornado*. Esta publicação

semanal (à qual não tivemos acesso), fundada por Arthur Ligne, pretendeu constituir-se como um espaço de defesa dos interesses dos retornados e como veículo de resposta aos insultos publicados pelos outros jornais. (PEIXOTO, 2011, p.13) Em 1976, há referência a outra publicação denominada o *Êxodo* da responsabilidade do Centro Social Independente.

Capítulo II: Os Retornados “a Portugal”: experiências e perfil social

A causa dos retornados nunca esteve na agenda dos partidos políticos portugueses (com excepção do C.D.S na eleições de 1976), nunca conseguiram fazer “lobbying” de forma a interessar o poder político pela resolução dos seus problemas específicos, o contexto político e económico era – lhes particularmente desfavorável, mas, apesar disso, conseguiram a sua integração na sociedade que os acolheu.

Que “qualidades” sociais apresentavam? Terão estas “qualidades” criado mais oportunidades de integração económica num país de modernização intermédia, com uma intensificação recente da industrialização e mal dotado de um sector de serviços moderno?

Almeida Santos, no texto já citado, enumera - as: “Quem regressa? Gente que emigrou porque foi incapaz de se resignar à rotina de ficar. Gente que, em contacto com mais amplos horizontes aproveitando-se de mais generosas possibilidades, lançou iniciativas, montou indústrias, pôs a roncar tractores, instalou circuitos

comerciais, atingiu altos níveis de vida e foi escravo deles. Gente que se valorizou e educou os seus filhos. (...) Regressam, pois, fazedores de pátrias.” (DN, 10/02/1976). Os retornados, constituindo-se como uma população jovem, educada, qualificada profissionalmente, com espírito de iniciativa e com outras experiências de vida, contribuíram, não só para atenuar as tendências regressivas da demografia portuguesa, como também para a valorização sócio-profissional da população activa das regiões onde se integraram.

Foi com estas interrogações e com esta percepção que iniciámos o estudo de um universo composto por 1112 fichas de recenseamento. Este recenseamento e a elaboração das fichas foram da responsabilidade do Comissariado para os Desalojados. O objectivo desta iniciativa era conhecer, não só o número de retornados, mas também as principais dificuldades com que se enfrentavam. As fichas de recenseamento constituíam-se como um longo questionário onde, além da identificação, se solicitavam informações, como as habilitações académicas, a colónia de que se regressava, a profissão na colónia e a que se desempenhava antes de ir para África, a residência, o tipo de habitação, o número de elementos do agregado familiar com respectivos nomes, idades e situação escolar, situação sanitária, a data e a via do regresso.

Apesar de um questionário extenso que acalentou a possibilidade de uma caracterização bastante completa do universo dos retornados do distrito de Évora, a recolha de dados veio a defraudar, em parte, tal expectativa, devido ao preenchimento muito incompleto. Nos casos extremos, as fichas apenas consideram o nome do declarante. É pois, com este constrangimento, que procuraremos traçar o perfil social dos retornados que decidem residir no distrito de Évora.

Os primeiros retornados chegaram durante o ano de 1974 mas, o grosso do

contingente regressou no Verão de 1975 (Junho, Julho, Agosto, Setembro e também Outubro) e nos primeiros meses de 1976. O distrito de Évora passou a contar com cerca de 3.120 novos habitantes, sendo 76% de indivíduos do sexo masculino e 24% do sexo feminino. Eram cidadãos oriundos das ex-colónias portuguesas, 69,4% de Angola, 29,4% de Moçambique e os restantes de Timor, S. Tomé, Guiné e Cabo Verde.

A chegada destes cidadãos a Évora não constituiu tema para notícias no Diário do Sul. Como atrás foi dito, a primeira indicação de que nesta cidade se encontravam retornados é de Dezembro de 1975 na forma de um aviso/ convocatória. Deste mês é também uma pequeníssima nota na Secção “Alentejo em Notícia” onde se dava conta do agradecimento da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Portalegre à Junta de Freguesia de Carreiras pela “ oferta de roupas e agasalhos do povo daquela freguesia, com destino aos retornados das ex-colónias” (Diário do Sul 6/Dezembro/75). Em Fevereiro de 1976 um novo aviso da Comissão Distrital dos Desalojados informava os retornados residentes no concelho de Évora da distribuição de bens: farinha, carne enlatada, queijo enlatado, leite em pó, margarina e peixe enlatado. (Diário do Sul, 14/ Fevereiro/1976)

A par deste aparente desinteresse pelos retornados do distrito, o Diário do Sul publicou dois textos de opinião particularmente interessantes: o primeiro assinado por Armando Lacerda com o título “ Carta aberta aos retornados” de 31 de Outubro de 1975 e o segundo da autoria de Rui Eduardo Brito Galvão intitulado “ Retornados: «as verdades que ninguém poderá desmentir»” de 3 de Janeiro de 1976.

Armando Lacerda começa por se identificar como retornado que “ Tal como a maioria, encontra-se desempregado, encarando com sérias apreensões ter de reconstruir toda uma vida aos 45 anos.”. É um retornado que em Angola “ exultou de alegria no dia 4 de Fevereiro ao ver iniciar-se a luta heróica dos povos das colónias pela sua libertação.” e que agora, e apesar de todas as dificuldades, pede

aos retornados para que esqueçam tudo o que perderam, para que abandonem o caminho da indignação e violência “ Deixa-te de assaltos a casas afectas ao verdadeiro movimento de libertação de Angola...” porque “ Ao perderes tudo, ficaste mais junto ao povo e começas a compreender melhor os seus problemas.” O autor apela aos retornados para que se juntem à luta do povo português pela habitação e pelo emprego e termina expressando o desejo de “ (...) encontrar-te ao meu lado no próximo dia 11 a gritar bem alto que com o MPLA a vitória é certa porque o MPLA é o povo -o povo é o MPLA.” (Diário do Sul, 31/Outubro/1975)⁷.

Este “retornado de esquerda” é tão atípico como aquele que o artigo de Rui Galvão descreve “ E aqui, abro um parêntesis para perguntar aos, não sei quantos mil retornados, se algum deles levou umas reguadas da autoridade administrativa ou umas pauladas nas costas, dadas por um gerente enfurecido, por beber uns copos a mais, ter chegado tarde ao serviço ou deixado o trabalho atrasado.” E termina perguntando: “ Quantos angolanos negros possuíam os Mercedes, os BMW, os DS 21, que os retornados – coitados! - não podem agora vender em Portugal?” (Diário do Sul, 3/Janeiro/76)

Em suma, o Diário do Sul quase ignorou a presença dos retornados na região, limitando-se à publicação de comunicados oficiais. No entanto, veiculou um discurso através do qual se associava o retornado ao mais vil explorador racista, a um indivíduo incapaz de perceber o movimento da história pela persistência com que tentava fazer ouvir a sua voz, assumindo-se, desta forma, como um “reaccionário”, um “contra-revolucionário”.

⁷ Este artigo é muito idêntico, no seu conteúdo, a uma carta à redacção, do mesmo autor, enviada para o Diário de Notícias em 28 de Outubro.

2.1 Os motivos do Retorno ou Fuga

Em primeiro lugar, convém lembrar que quanto às causas ou motivos, podemos categorizar o retorno de imigrantes como um movimento forçado, planeado ou espontâneo. O caso em estudo enquadra-se no universo das migrações forçadas definidas como " ... aquellos movimientos de población - individuales o colectivos - desde su lugar de origem o de residênciã habitual hacia el exterior de su sistema próprio, de carácter temporal o permanente y por lo general a gran escala, que tiene um marcado carácter reactivo, es decir, es motivado por la presión - o amenaza - de factores externos actuando aisladamente o en conjunción, predominando lo involuntário en el cociente entre voluntad y presión externa." (BILBAO, p. 78) Constituiu-se como um movimento reactivo forçado que "... take place for political, racial or religious motives. The returning migrants are thus refugees forced out of a country in which they may have established for generations." (KING, 1978, p.175)

Não vamos aqui aprofundar o inventário dos motivos concretos que justificaram a chegada a Portugal de meio milhão de pessoas, num curto espaço de tempo, mas vale a pena recordar o que a literatura académica tem referido sobre este assunto e o que a imprensa relatou sobre os caminhos desse retorno.

Enquanto Costa Pinto refere que "A fraquíssima capacidade de reacção da comunidade branca em Angola e Moçambique não encontra explicações simples. Mas a hipótese de ela ser ainda uma consequência da ditadura, da sua ausência de descentralização, da sua repressão da sociedade civil e de quaisquer pressões autonomistas pode ser um elemento de explicação desta excessiva dependência da metrópole.", (PINTO, 1999^a, p. 98) Fernando Tavares Pimenta defendeu que, apesar

da falta de preparação política, os brancos, tanto em Angola como em Moçambique, procuraram intervir no processo de descolonização, através de forças políticas de vários quadrantes ideológicos. Para o caso de Angola, o autor descreve o envolvimento dos brancos na constituição dos partidos políticos agrupando-os da seguinte forma: “os movimentos democráticos”, os partidos federalistas, os partidos conservadores e a Frente de Unidade Africana de Fernando Falcão. A proliferação destes partidos, marginais aos movimentos nacionalistas envolvidos na guerrilha, ao mesmo tempo que demonstrava que nem todos angolanos se sentiam representados pelos movimentos de libertação, significava igualmente o interesse que o processo político que então se iniciava despertava no conjunto da população da colónia. De maneira geral, pretendiam que o processo de independência contasse com a participação de todas as forças políticas angolanas e que fossem dadas garantias aos brancos de forma a poderem permanecer, depois da independência, como cidadãos angolanos. (PIMENTA, 2008).

Apesar da importância que o historiador parece atribuir a este fervilhar político, ele tem sido geralmente visto apenas como um episódio. Ainda recentemente Jardo Muekalia evocando os primeiros anos da descolonização e independência escreveu “No meio de toda aquela azáfama política, os portugueses, que tentavam preservar o domínio político, foram fundando, desesperados, uma série de partidos: FUA (Frente de Unidade Angolana), FRA (Frente de Resistência Angolana) etc., formações políticas que acabaram por sucumbir perante a força da história.” (MUEKALIA, 2010, p. 27, sublinhado nosso).⁸

⁸ Um tópico que não fez parte da “memória” e da historiografia nacionalista “oficial” ou oficiosa, que não esteve ausente mas foi secundarizada pela historiografia internacional e que só agora mereceu uma análise suficientemente profunda como os estudos de F. Pimenta. Ver: René Pélissier (1978), *La colonie du Minotaure: nationalismes et révoltes (1926-1961)* Ed. Do autor, p. 211 e 552; Eduardo Rocha (2003), *Angola. Contributo para o estudo da génese do Nacionalismo Moderno Angolano. Período de 1950 a 1984, Testemunho e Estudo Documental.*

Os acordos de Lusaka de 7 de Setembro de 1974 e do Alvor de 25 de Janeiro de 1975, ditaram, de facto, o afastamento dos brancos do processo negocial para a descolonização, uma vez que apenas reconheceram como interlocutores legítimos os movimentos nacionalistas revolucionários que lutaram contra o exército português. Assim, como acordado, Moçambique tornar-se-ia independente a 25 de Julho de 1975 e o poder seria transferido para a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e Angola seria um estado soberano a 11 de Setembro do mesmo ano e o poder entregue aos três movimentos de libertação a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Em Moçambique, o acordo de Lusaka despoletou uma rebelião de brancos na capital e, em Angola, o acordo do Alvor criou as condições para a guerra civil. Todavia para F. Pimenta, a balcanização do território e a primeira a guerra civil angolana não constituíram a verdadeira causa do êxodo dos brancos. Esta residiu na opção política do governo provisório português de apenas negociar a independência com os movimentos de libertação, afastando as elites brancas e abrindo desta forma, tanto as portas para a guerra civil em Angola como para o êxodo dos brancos para a metrópole. Se focalizarmos a nossa atenção, não no estado colonizador mas nos movimentos nacionalistas, temos que “Na altura, tudo parecia uma novela. Ora estavam em Mombaça, ora no Algarve, e na semana seguinte já se falava da formação de um governo de transição em Luanda, num clima de contínuas acusações mútuas. Nem sequer havia tempo para memorizar os nomes dos negociadores, muito menos para digerir os acordos que se iam assinando. Para além disso, era pouco óbvio que os movimentos tivessem capacidade organizativa e estrutural para explicarem aos seus membros o significado dos acordos assinados ou a forma de os implementar. Criaram-se assim

dois mundos políticos: de um lado, o mundo das negociações, no qual os líderes andavam de um lado para outro, assinavam acordos e pregavam a reconciliação e um futuro risonho; do outro, o mundo real, onde os partidos se digladiavam com violência verbal e física, por espaços que se queriam mutuamente exclusivos.” (MUEKALIA, 2010, p. 32). Em síntese, a incapacidade de controlar as bases, a pressão e rapidez das negociações, a euforia de uma liberdade alcançada ao fim de 13 anos de guerra e os conflitos agudizados pela posição comprometida de Portugal no processo de transição em Angola, foram os ingredientes da situação explosiva que se viveu e, no contexto da qual, a fuga para a antiga metrópole e outros destinos, de milhares de pessoas, na sua maioria brancas, mas também mestiças e negras, foi um dano colateral.

2.2 A Fuga e os caminhos do Retorno

Dois meses após a Revolução dos Cravos, começavam a ser publicadas as primeiras notícias de incidentes nas colónias, especialmente em Angola. “Após 6 dias em que a violência campeou na capital angolana, o que provocou a morte de 35 pessoas, respira-se ainda uma atmosfera de tensão, embora haja tendência para a normalização.” (DN, 18/07/ 1974) Durante a semana referida e, principalmente nos dias 11 e 12 de Julho, o confronto entre brancos e negros aconteceu na sequência da morte do taxista António Salgado no bairro da Cuca. A violência que se instalou nos musseques da cidade justificou a tomada de posição da Liga Nacional Africana: convocação de um dia de luto com greve geral para o dia 15 de Julho. “A população negra e alguns sectores da minoria branca radicada em Luanda aderem à greve de

protesto contra as vítimas dos confrontos dos dias 11 e 12. (...) A greve geral, (...) causa, segundo fontes hospitalares, 41 mortos.” (Rocha, 2002, p.132 e 135). O clima de instabilidade e desordem prosseguiram na capital angolana durante o mês de Agosto e os incidentes nos bairros da Cuca, Precol, Rangel e Mota provocaram mais 16 mortos e 60 feridos (DN, 7 /08/ 1974).

A assinatura do Acordo do Alvor precipita uma nova vaga de agitação na capital angolana, de tal forma que “O governo apela a toda a população que possui armas e outro material de guerra para que o deposite, imediatamente, no comando operacional de Luanda.”. (DN, 4/02/ 1975)

A partir de Maio, os confrontos armados já não se restringiam à capital e passaram a ter como protagonistas e contendores os movimentos de libertação “A multiplicação dos confrontos entre os movimentos de libertação num corredor que se estende de Luanda a Malange, desde as 3 horas do dia 28 de Maio tem sido a nota dominante da situação em Angola.”. (DN, 31/05/1975) No início de Julho de 1975, o confronto militar envolvendo os três movimentos de libertação chegou a Luanda e os combates serão regulares e diários até Agosto daquele ano. Em consequência da violência registaram-se centenas de mortos e feridos, o estabelecimento do recolher obrigatório, a celebração de acordos para o cessar – fogo, que foram sucessivamente desrespeitados, a falta de água e de mantimentos na capital angolana. A situação assumiu contornos de tal gravidade alimentar que, no final de Julho, a Organização das Nações Unidas organizou uma ponte aérea de urgência para o abastecimento de Angola. (DN, 29/07/ 1975)

Quase ao ritmo destes incidentes, iniciou-se a fuga das populações das principais áreas de conflito que, na sua larga maioria, procuram as cidades com “portas” de saída para o exterior (aeroportos e portos) com vista ao retorno ou emigração forçada, e, paralelamente,” muitas famílias estão a abandonar a capital angolana em direcção às cidades e aldeias do «mato». (DN, 22/07/ 1974) Ao longo desse ano

prosseguiu a fuga, essencialmente de africanos, para o interior, utilizando como meio de transporte o comboio. A estação de caminho-de-ferro serviu de dormitório e abrigo e as pessoas (essencialmente mulheres e crianças) apinhavam-se dentro das composições. (DN, 24/07/ 1974) O chefe de redacção do jornal “A Província de Angola” constatou que no mês de Agosto de 1974 “ Luanda transforma-se numa cidade sem autoridade, com um índice de insegurança jamais imaginado, muito particularmente para as populações radicadas na periferia. Todas as noites os conflitos armados obrigam à retirada de uma ou mais famílias europeias, as quais se juntam às dezenas, aguardando embarque nos aviões da TAP ou nos navios da marinha mercante. E os africanos, em debandada para o interior de Angola, vivem momentos extremamente difíceis.” (ROCHA, 2002, p. 159)

O repatriamento dos cidadãos portugueses foi assumido pelo Estado Português com a ajuda internacional já referida, quer através da via aérea, quer também por via marítima. A 13 de Novembro de 1975 foi publicado no Diário de Notícias, um balanço da ponte aérea (que oficialmente esteve activa de 17 de Julho a 31 de Outubro de 1975), segundo o qual tinham abandonado Angola 267.877 pessoas transportadas da seguinte forma: em carreiras regulares da TAP, 68.761; em carreiras da ponte aérea, 62.683; em aviões estrangeiros, 42.134; em aviões da Força Aérea, 1.381; em aviões estrangeiros fretados, 52.512; em navios da URSS, 690 e por via marítima 5.104.⁹

⁹ João Paulo Guerra (2009) apresenta outros números, evocando fontes governamentais portuguesas que não referencia, “ (...) 235.315 cidadãos abandonaram Angola com destino a Lisboa; cerca de 30.000 refugiaram-se na África do Sul e cerca de 17.000 no Brasil”, (p. 229);

Marques Rocha (2002), utilizando como referência dados do Alto Comissário indica que em Outubro de 1975 “(...) 34 mil brancos permanecerão no território e cerca de 400 mil já abandonaram Angola. Nestes números não são contabilizados os milhares de portugueses e estrangeiros, estimados, muito por baixo, em 115 mil, que abandonaram Angola a expensas suas, com destinos diversos, designadamente Portugal, Brasil, África do Sul, Zaire e França. Algumas comunidades açorianas optaram por recomeçar uma vida nova nos Estados Unidos da América do Norte e inúmeras famílias cabo-verdianas regressaram às suas terras de origem” (p. 442).

Mas, para alguns portugueses o regresso assumiu contornos de uma verdadeira aventura. Em Junho de 1975 foi organizada uma caravana de colonos de Angola, liderada por Guilherme dos Santos e composta por 2.500 veículos. O seu objectivo era viajar para Portugal através do continente africano, tendo solicitado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que autorizasse a sua saída e intercedesse diplomaticamente junto dos países pelos quais iriam passar. (DN, 1/07/1975) Pompílio da Cruz descreve assim a preparação desta fuga: “Na loucura que se apoderou de todos, a imaginação fervilhava. Os aviões e os navios não escoavam a torrente dos fugitivos. Organizou-se, por isso, uma caravana, de África para Portugal. Muita gente se entusiasmou. Tanta que depressa tiveram de ser canceladas as inscrições. Cerca de dois mil veículos pesados e seiscentos ligeiros transportariam cerca de cinco mil pessoas. Tudo fora preparado: comunicações-rádio, assistência médica, cozinhas, alimentos, serviço de desempanagem. Estudaram um percurso que atravessava a Zâmbia, contornando a região de Brazaville, prosseguia pelo Gabão e entrava em países mais hospitaleiros. Recorreram ao alto-comissário, à Cruz Vermelha, ao Governo de Lisboa, ao qual mandaram emissários.” (CRUZ, 1976, p. 235). Esta viagem não chegou a realizar-se, mas, algumas caravanas saíram de Angola, transportando pessoas com os seus “terres e haveres”.¹⁰

¹⁰ Sobre as razões para o fracasso desta tentativa de sair de Angola, Pompílio da Cruz refere “No entanto, quebraram-se os elos da cadeia, porque o MPLA não os deixou passar pelas zonas sob o seu controlo.”, op. cit. p. 235

Mas, sobre este assunto, vale a pena recordar parte do discurso de J. Savimbi em Julho de 1975, na povoação do Cuma, província do Huambo “ Foi anunciado que partiram 2.500 camiões em direcção ao Zaire, com destino a Portugal. Mas agora fala-se na hipótese de atravessarem a Zâmbia. Como a UNITA está entre as fronteiras da Zâmbia com as de Angola, eles não passarão, pois a UNITA não os deixará passar e nem levarão os carros ou camiões que foram comprados com o dinheiro de Angola (...). O combate da UNITA para fazer com que os brancos portugueses sejam considerados angolanos não foi fácil e nós sentimo-nos traídos pelo facto desses, que nós defendemos, estarem a fugir só por ouvirem uns tiros. (...)” (ROCHA, 2002, p.390)

As rotas do Sul, com travessias ou paragens forçadas em campos de refugiados na zona do Cuangar ou em Pereira d' Eça e tendo como destino as cidades portuárias e/ou aeroportuárias da Namíbia (Windhoek e Walvis Bay) tornaram-se as mais comuns e eficazes. “Muitos europeus têm atravessado a fronteira sul com a Namíbia. Um funcionário sul-africano estima entre 100 a 200 o número de pessoas que semanalmente atravessa a fronteira e que são alojados numa velha fortaleza construída pelos alemães, em Grootfontein, no tempo em que o território pertencia àquele país.” (DN, 31/07/ 1975) O movimento acentua-se no mês seguinte “O clima de instabilidade que se vive em Angola leva ao êxodo dos portugueses que, desesperados tentam deixar aquele território por qualquer processo. Assim, as autoridades sul-africanas que administram a Namíbia anunciam que milhares de refugiados de Angola estão a fugir para sul em direcção à fronteira com o seu território, onde estão a ser montados serviços de emergência para os acolher.” Como o campo de Grootfontein estava completamente preenchido, foi necessário preparar o campo Magallesoord, perto de Pretória. (DN, 5/08/ 1975) Em meados de Agosto “2.000 carros estão em Sá da Bandeira preparando-se para viajar 3.320 km em direcção ao Sudoeste Africano.” (DN, 17/08/1975)

Na mesma altura, movimentavam-se no Huambo várias caravanas com o mesmo destino e fazendo o percurso Huambo – Bela Vista – Chinguar – Chitondo – Serpa Pinto (onde algumas foram retidas vários dias, sob ordens da FNLA) – Caiundo, estacionando várias semanas na fronteira (Caíra e Cuangar).¹¹ Outras ainda, para o

¹¹ Testemunho oral de um dos participantes numa dessas caravanas, que teve início a 22 de Agosto de 1975. Esteve 10 dias retido em Serpa Pinto, de onde preparou, com outros, a fuga e durante cerca de 6 semanas permaneceu no campo de refugiados do Caíra (na fronteira junto à margem do rio Cubando). Esteve mais 1 semana no Cuangar e outra em Grootfontein/ Walvis Bay, onde embarcou, em voo especial, com outros milhares de refugiados. Chegou a Lisboa a 11 de Novembro de 1975.

porto piscatório de Porto Alexandre e outras para Leste (Henrique de Carvalho e Lunda Sul, actual Saurino)¹².

No final do mês de Agosto, “Um grupo de 200 refugiados recentemente socorridos no deserto da Namíbia, por um grupo de polícias sul -africanos, englobava cerca de uma centena de mulheres e crianças que foram evacuadas de helicóptero (...) e, dois comboios, num total de 1.000 veículos, apinhados de refugiados, estão a aproximar-se da fronteira do Sudoeste Africano.” (DN, 29/08/1975)

Esta movimentação de pessoas atingiu tais níveis, que “Segundo o Secretariado sul-africano para o Bem – Estar Social, eleva-se a mais de 9.000 o número total de refugiados provenientes de Angola que actualmente se encontram na Namíbia e na África do Sul. Os refugiados portugueses estão alojados em três campos na Namíbia e outros três campos sul-africanos.”. (DN, 29/08/ 1975) Provavelmente, entre meados de 1975 e os primeiros meses de 1976, “a total of 28000 refugees passed through the gates of the SWA camps” (FOND, 2003, p. 276)

Uma tal concentração de refugiados levantou sérios problemas às autoridades do país vizinho, desde a construção dos campos de acolhimento que “were erected and equipped under great pressure, literally overnight (...)” (FOND, 2003,p. 275) até às questões de saúde pública. Estes refugiados apresentavam uma extrema debilidade física e psicológica “Physical stress and exhaustion...hunger and starvation wounds and injuries; socio-economic distress, marital conflicts and family misfortunes; Psychological: anxiety-stress and tensions, harassment, bewilderment, disillusionment and despair.” (FOND, 2003, p. 276/277) Desta forma, à chegada aos campos de refugiados, eram sujeitos a exames médicos e “in regard to preventive care, early-arrival refugees were immunised against smal-pox and yellow-fever and given malaria prophylaxis.”(FOND, 2003, p. 278). Posteriormente, eram evacuados

¹² Ver http://angolaterranossa.blogspot.com/2010/12/blog-post_7591.html

para Portugal por via aérea (aeroporto de Windhoek), depois de embarcarem carros e haveres em Grootfontein. Cerca de 2.900 pessoas foram repatriadas por via marítima, a partir do porto de Walvis Bay no navio Oceanic Independance. (FONG, 2003,p. 276) Muitos quiseram e conseguiram ficar como imigrantes na África do Sul, “500 refugiados portugueses de Angola foram aceites como imigrantes da África do Sul – anunciou ontem o Ministério do Interior.” (DN, 10/09/ 1975)

Segundo as autoridades sul-africanas, embora muitos refugiados tivessem conseguido fugir transportando alguns dos seus bens, a maioria “arrived with little more than the clothes they wore.” (FONG, 2003,p.276)

Outros fugitivos, predominantemente brancos, recorreram à via marítima. A maioria dirigiu-se, provavelmente, para portos namibianos e sul – africanos, sujeitando-se a variados perigos “Há poucas esperanças de salvar os 60 refugiados portugueses de Angola, cujos barcos teriam naufragado no largo da Costa dos Esqueletos na Namíbia, no princípio da semana.”. (DN, 29/08/ 1975) No entanto, em finais do mês de Agosto 14 barcos com refugiados tinham conseguido ultrapassar a difícil passagem entre os portos de Luanda, Moçâmedes, Benguela, Porto Alexandre, desembarcando em Walvis Bay. Não sabemos durante quanto tempo esta via de fuga esteve activa, nem quantos portugueses a utilizaram, mas, no início de 1976, três meses depois da proclamação da independência de Angola “No porto da Namíbia (Walvis Bay), em pequenos barcos estavam 2.200 portugueses que foram autorizados a desembarcar a fim de serem repatriados para Portugal.”. (DN, 29/01/1976) Sobre as condições em que se realizavam estas viagens S. de Fong referiu que “On board the cargo boat Silver Sky, which accommodation for only 12 passengers, 1600 refugees including 400 blacks were jammed together above and below deck. On arrival at Walvis Bay after 3-4 days at sea, hygiene conditions were very bad. These exhausted, hungry people were given small-pox, typhoid and tetanus inoculations immediately: there were no fatalities.”(FONG, 2003, p. 278)

Mapa 1

Localização de alguns Campos de Refugiados: Angola, Namíbia e RSA (1975)



Legenda

- | | |
|---------------------------------|---------------------------------|
| 1 Pereira d'Eça (Angola) | 7 Grootfontein (Namíbia) |
| 2 Caira (Angola) | 8 Windhoek (Namíbia) |
| 3 Cuangar (Angola) | 9 Walvis Bay (Namíbia) |
| 4 Ondangwa (Ovamboland/Namíbia) | 10 Cullinan (Pretória, RSA) |
| 5 Rundu (Kavangoland/Namíbia) | 11 Magallesoord (Pretória, RSA) |
| 6 Tsumeb (Namíbia) | |

Fontes: S.de Jong (2003), Diário de Notícias e testemunhos orais

A viagem marítima directamente para Portugal também foi um dos caminhos de fuga. Num comunicado de finais de Setembro de 1975, o Estado-Maior das Forças Armadas informava que “Até ao presente já chegaram a portos do Algarve nove embarcações de pesca, tripuladas, em média por cinco retornados, entre eles o proprietário (...) e que havia mais duas que se encontram nas Canárias.” (DN, 26 Setembro 1975). Na mesma altura, a Força Aérea e a Armada, estavam a envidar esforços para localizar quatro embarcações quer teriam saído de Luanda no dia 10 de Setembro. (DN, 1/10/ 1975) Dias depois, havia notícias de duas traineiras provenientes de Angola, a “Tejo” dada como perdida no mar e a traineira “Amor de Deus” localizada em alto mar, com nove pessoas a bordo e que, sem combustível, andava à deriva e estava a ser rebocada pelo navio “Esso Europoort”. (DN, 1 e 13 Outubro 1975)¹³.

O retorno e a fuga foram, para muitos, triplamente traumáticos: pelos momentos de violência em que se viram envolvidos, pelo facto de terem abandonado as suas casas, bens e, em muitos casos a “terra mater”, e devido às condições em que foi feita a viagem de regresso.

Partindo da informação contida na ficha de recenseamento concluímos que 4% dos retornados do distrito regressam a Portugal no ano de 1974, 65% em 1975, 30,3% em 1976 e 0,7% no ano de 1977. Fizeram-no maioritariamente por via aérea (95,5%), mas houve uma minoria (4,5%) que recorreu a meios marítimos e mais de um terço fê-lo a expensas próprias (34%). Devido ao local onde residiam, alguns destes retornados foram obrigados a viajar para uma cidade com aeroporto: há dois registos de

¹³ Na blogosfera é possível encontrar relatos de diferentes experiências de retorno. A título de exemplo destacamos “Fugi de Angola pelo deserto” de Eusébio Gomes, um retornado a viver actualmente em Évora e “Fugi de Angola na minha traineira” de um pescador nascido na Quarteira. Estes relatos estão disponíveis em <http://retornadosdafrica.blogspot.com>

Sobre as condições em que decorreu a fuga e a ponte aérea e a forma bárbara como alguns portugueses foram tratados pelos movimentos de libertação, ver Rita Garcia, 2011.

viagens internas para Luanda (uma família oriunda do Lobito e outra de Moçâmedes) e um caso de uma viagem pela África do Sul.

A história dos “retornados” fixados no Distrito de Évora inclui um conjunto de experiências que não são diferentes daquelas que tipificam o movimento forçado de milhares de pessoas que acompanhou a descolonização portuguesa.¹⁴

Que os factores poderão ter contribuído para fixação deste grupo de retornados, numa região que, do ponto de vista económico e de inserção no mercado de trabalho, parecia oferecer poucas oportunidades e era fonte de grande agitação social?

3. Alentejo: Terra – Mãe, Terra Adoptada ou Terra Imposta?

Ao contrário de outros regressados europeus como os *pied-noirs*, em que mais de 80% tinham nascido na Argélia, (R. Pena Pires, 1987, p. 22) a maioria dos retornados portugueses possuía ainda fortes ligações à metrópole pelo facto de serem emigrantes de primeira geração. Desta forma, o local de nascimento e a rede de solidariedade familiar foram, com certeza, factores considerados na escolha do local de residência.

Quanto à naturalidade dos retornados que se fixaram no distrito, constatámos que apenas um pouco menos de metade eram originários (naturais) do distrito de Évora

¹⁴ 14 Sobre as condições em que decorre o retorno, alguns retornados referem que foram obrigados a fugir e apenas conseguiram trazer consigo a “roupa do corpo”. Uma mulher regressada de Moçambique declarou que foi presa pela FRELIMO e “posta a trabalhar num “campo de concentração”. Acrescenta “Sofri muita fome e pancada e vi muitas raparigas morrerem”.

ou da região alentejana. E se a maioria era de origem continental quase um terço tinham nascido nas colónias (Tabela 1).

O retorno, ao representar uma profunda alteração, não planeada, na vida das pessoas nele envolvidas, resultou numa situação traumática e de uma grande fragilidade. Nestas circunstâncias percebe-se que, numa primeira fase, a escolha do local de residência tenha obedecido, para alguns, a critérios de origem emocional: voltar ao “ninho” familiar onde poderiam contar com amparo e solidariedade. Muitos dos regressados, os naturais das colónias e aqueles portugueses sem raízes familiares na metrópole, tiveram um leque menor de opções e foram residir para onde as autoridades de acolhimento entenderam, isto é, para onde havia vaga nas pensões, parques de campismo e outras instalações públicas, como o Forte de Peniche, ou fizeram uma opção com base noutros critérios.

Tabela 1
Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): Naturalidade do Cabeça de Casal

Naturalidade	Total	(%)
Distrito de Évora	195	40,4
Distritos do Alentejo	26	5,4
Outros Distritos de Portugal	125	25,9
Colónias	137	28,3
Total de casos	483	100

Fonte: AGC Évora: *Inquérito*. Relação dos recenseados por concelho. Recenseamento dos Desalojados. Relação dos chefes do agregado e pessoas a seu cargo. Inquérito da comissão dos Desalojados Ultramarinos. Recenseamento.

Os dados indicam que 45,8% dos retornados do Distrito de Évora se enquadram no primeiro grupo, isto é, eram naturais do Alentejo e voltaram ao seu local de origem (Tabela 1). E os restantes, será possível determinar as razões da sua opção

alentejana?

O cruzamento da naturalidade com a informação relativa à condição residencial pode iluminar um pouco mais aquelas escolhas, embora nem todos os recenseados tenham respondido ao quesito residencial, lacuna das fontes que explica a disparidade de dados entre as tabelas 1 e 2.

Tabela 2

Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): Condições de residência

Residência Natu- Ralidade	Casa Própria	Casa de Familiares	Casa de Amigos	Casa Alugada	Casa Cedida	IARN	Outras	Total
Distrito de Évora	5	56	1	17	38	5		122
Outros distritos do Alentejo	1	3		3	5	1	1*	14
Outros distritos de Portugal		23	1	18	20	28		90
Colónias	1	18	4	9	15	38		85
Não refere	4	75		23	15		1**	118
Total	11	175	6	70	93	72	2	429

* em roulotte no parque de campismo

** em casa da qual irá celebrar contrato de promessa compra e venda

Fonte: ver tabela 1

Dos inquiridos que não declaram a sua naturalidade, 75 dizem residir em casa de familiares e 4 habitam em casa própria. Entre os portugueses naturais de outros distritos 23 estão também em casa de familiares e 22 dos naturais das colónias também declaram residir em casa de familiares e amigos. Apesar da dificuldade em apresentar a percentagem dos retornados com laços familiares ao distrito, podemos afirmar que, de um universo de 429 indivíduos 241 tinham laços familiares

mais ou menos próximos com habitantes do distrito. É possível que, no caso de Évora, a percentagem dos que regressaram ao seu “local de origem” em sentido muito lato, ronde os 56%. Com esta leitura, o distrito de Évora supera os restantes distritos do país onde, segundo Rui Pena “é muito elevada a percentagem de retornados que regressam ao distrito de naturalidade – cerca de 53%” (PIRES, 1987, p. 58).

Olhando agora com mais atenção para o grupo dos indivíduos que são naturais das colónias: 73% nasceram em Angola, 17,5% em Moçambique e outros 9,5% são originários de outras colónias, nomeadamente Goa, Cabo Verde e Timor.

De um modo geral, residiam em Évora porque 26% contavam com a ajuda de amigos e familiares que os acolheram, 17,6% habitavam em casa que cedida, 10,5% viviam em casa alugada, 44,7% estavam colocados em hotéis à conta do IARN e apenas uma escassa minoria habitava em casa própria (1,2%). Tal como já foi referido, mesmo entre o grupo dos que nasceram nas colónias, a vinda para o distrito prendeu-se com razões familiares e de amizade.

O Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais foi responsável pelo alojamento de 17% dos regressados das ex- colónias que vieram residir para o distrito de Évora. No distrito estão identificadas onze unidades hoteleiras e instituições religiosas e públicas que albergaram retornados: hotel Santa Clara, Residencial Naia, hotel Golfo no Vimieiro, pensão Polícarpo, pensão Regional em Montemor-o-Novo e Évora, Centro de Formação Profissional, Escola de Regentes Agrícolas em Valverde, Colégio Salesiano, Pousada da Juventude e Quinta de Santo António.

4. A população retornada: estrutura de idades e familiar

Apesar de o contingente de retornados que se fixou no distrito ser relativamente pequeno, ele permitiu suavizar e até inverter as tendências regressivas que se vinham a registar, uma vez que a região, do ponto de vista demográfico estava marcada um recente fenómeno de duplo êxodo: para as zonas industriais do país e para outros países da Europa. “O impacto do retorno sobre a evolução dos quantitativos populacionais, entre 1970-1981, foi significativo não só nos distritos com maiores contingentes de retornados, mas também naqueles com tendências regressivas menos acentuadas. Nestas regiões (casos de Évora, Viana do Castelo e R.A. Madeira), um pequeno número de retornados foi suficiente para inverter aquelas tendências e proporcionar um pequeno saldo positivo entre 1970-1981” (PENA PIRES, 1987,p. 98)

A fixação dos retornados no distrito de Évora permitiu, igualmente, o rejuvenescimento da população e o reequilíbrio da população activa.

Tabela 3

Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): Distribuição por grupos Etários

Grupos Etários	Retornados (DE)	%	Distrito de Évora (1970)	%	Distrito de Évora (1981)	%
0-14 Anos	450	38,6	40.181	22,5	56.746	21
15-39 Anos	454	39,0	60.895	34	69.779	26
40-64 Anos	238	20,4	58.200	32,6	85.020	31,7
+ 65 Anos	22	2,0	19.785	11	39.500	14,7
Total	1164	100	178.475	100	268.156	100

Fonte: ver tabela 1; XI Recenseamento da População 1970, Lisboa, INE, 1973; XII Recenseamento Geral da População 1981, Lisboa, INE, 1981

Fica demonstrada a predominância, entre os retornados, dos grupos etários abaixo dos 40 anos e um peso significativo do grupo entre os 15 – 39 anos características associadas a uma população duplamente jovem. Assinale-se igualmente a diferença que se registava no peso do grupo etário acima dos 65 anos, na estrutura da população retornada e da população residente. Foram estas características que levaram Pena Pires a concluir que a população retornada que se fixou no Alentejo e nas Ilhas “contrasta fortemente com a população residente naquelas regiões (das mais envelhecidas do país)” (PIRES, 1987, p. 83).

O número de crianças que acompanhava os agregados familiares, ajuda a reforçar a ideia de que estamos em presença de uma população jovem. Na verdade, os retornados que se fixaram no distrito, estavam predominantemente estruturados em famílias nucleares (cônjuges com filhos) completas ou temporariamente separadas. Passámos ao exercício seguinte que consiste em reconstituir os agregados familiares, mas, a fragilidade dos dados e a falta de regras no preenchimento das fichas de recenseamento, obrigou-nos, neste e noutros casos, a uma atenção particular. Foi necessário cotejar a informação, uma vez que, apareceram as

seguintes situações: o marido e a mulher constituíam dois registos, ou, um dos cônjuges pertencia ao Quadro Geral de Adidos e, por isso, formalizava um outro registo. Assim, em 428 situações não foi possível obter informações que, sem margem de dúvida, possibilitassem a identificação do tipo de agregado familiar. Os declarantes não divulgaram o seu estado civil, nem tão pouco identificaram o tipo de relação que tinham com os elementos, que diziam constituir o seu agregado familiar.

Foi com estas limitações que procuramos distribuir os retornados do Distrito de Évora pelos tipos “clássicos” dos grupos domésticos definidos por Laslett¹⁵ (Tabela 4). Tal como a população residente no distrito em 1970, a maioria da população retornada (77,2%) estruturava-se em famílias nucleares em que os cônjuges habitavam com 1,2 ou 3 filhos. No entanto, esta variável (número de filhos) era bastante ampla registando-se casos de famílias retornadas com 6 a 8 filhos.

A situação “1 cônjuge com filhos”, respeitava maioritariamente, a mulheres que regressavam a Portugal apenas com os filhos. Nalguns casos os maridos permaneciam nas colónias, noutros, as declarantes afirmavam desconhecer o paradeiro do seu cônjuge. Distanciando-se da população residente estavam os casos dos “Isolados” e das “Famílias extensas”.

¹⁵ Cf. Peter Laslett y Richard WALL. 1972. *Household and Family in Past Time*. Cambridge: Cambridge University Press., 1972; ver também Tamara Spike, Lindsey Harrington and Mathew Harrington: “Si todo el mundo fuera Inglaterra: la teoría de Peter Laslett sobre la composición de los grupos domésticos vs. la realidad tapatúa, 1821-1822” *Estudios Sociales, Nueva Época*, 2, 2008, pp. 25-37

Tabela 4

Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): Estrutura Familiar

Tipos de Grupos Familiares		Nº Casos	%	Distrito de Évora 1970	%
Isolados	Solteiros	81	11,4		
	Viúvos	26	3,6		
	Separados sem filhos	6	0,8		
	Total	113	15,9	12.110	6,7
Família nuclear	Cônjuges	110	15,5		
	Cônjuges com filhos	367	51,6		
	1 Cônjuge com filhos	72	10,1		
	Total	549	77,2	159.605	89,4
Família extensa		48	6,7	5.220	2,9
Total de Casos		710	100		

Fonte: ver tabela 1; XI Recenseamento da População 1970, Lisboa, INE, 1973

Este exercício possibilitou-nos chegar a um número aproximado dos retornados que durante os anos de 1975 e 1976 residiam no distrito de Évora. Os trabalhos realizados a partir do Censo de 1981 permitiram a Rui Pena Pires apresentar um total de 3.918 indivíduos retornados a residir no distrito. Os recenseamentos locais que utilizamos permitiram contabilizar um total de 3.120 indivíduos regressados das ex-colónias e a residir no referido distrito. Este desfasamento deve-se, provavelmente, ao incompleto preenchimento das fichas de recenseamento, a que já fizemos referência, e também ao facto de, nesta fase inicial do regresso, a população retornada estar ainda em movimento.

5. Uma população mais educada?

Segundo Cláudia Castelo para 1943-1974 “A análise da informação estatística relativa ao grau de instrução dos naturais da metrópole embarcados para o ultramar e do conjunto dos passageiros embarcados para Angola e Moçambique indica-nos que esses migrantes tinham habilitações superiores às do conjunto da população portuguesa (...)” (CASTELO, 2007, p. 188). A investigadora acrescenta que os dados sobre o nível de escolaridade dos embarcados para as duas colónias referidas, no período de 1967 a 1973, lhe permitem afirmar que “A comparação entre os indivíduos que embarcam para Angola e os que embarcam para Moçambique mostra que para o segundo destino seguiam (em termos relativos) indivíduos ligeiramente mais qualificados.” (CASTELO, 2007,p. 190)

O estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento a que temos feito referência, sobre a questão da formação escolar da população retornada concluiu que “São muito claros os contrastes entre a população retornada e a restante população residente portuguesa, no domínio das qualificações escolares. Particularmente elucidativa é a percentagem de analfabetos naquelas duas populações: 7% entre os retornados, contra 30% na restante população portuguesa. No outro extremo da escala das qualificações o contraste é também significativo: 4,7% dos retornados concluíram um curso superior, o que, no entanto, só aconteceu a 2,2% da restante população.” (PIRES, 1987,p. 114).

Neste parâmetro as fontes para o caso de Évora são particularmente lacónicas. Os indivíduos que pertenciam ao Quadro Geral de Adidos foram sistemáticos no preenchimento deste item, enquanto nos restantes casos é elevado o número dos que não respondem.

A tabela 5 sintetiza toda a informação sobre as habilitações académicas disponibilizada pelas fontes que alicerçam o presente estudo:

Tabela 5
Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): Habilitações Académicas

Habilitações Académicas Declaradas	Angola	%	Moçambique	%	Outra Colónia	Não refere	Total	%
Sabe ler e escrever	5	2,8	3	3,3		1	9	3,0
Ensino Primário	53	30	30	33,7		8	91	30,7
Ensino Preparatório	12	6,7	4	4,5			16	5,4
Ensino Liceal (1)	65	36,7	29	16,3	1	8	103	34,7
Ensino Secundário (2)	7	3,9	12	6,7		1	20	6,8
Ensino Politécnico (3)	22	12,4	6	3,4		10	38	12,8
Ensino Superior – Frequência	5	2,8	1	1,2			6	2,0
Ensino Superior – Diplomados	8	4,5	4	4,5		1	13	4,4
Total que respondem	177	100	89	100	1	29	296	100

(1) 5º Ano do liceu; cursos comercial e industrial

(2) 1º e 2º anos do curso complementar do liceu (7º ano); cursos técnico – profissionais

(3) Incluíram-se nesta categoria: Curso de Regentes Agrícolas; Curso de Engenheiro Técnico Agrário e do Magistério Primário

Fonte: ver tabela 1

Os dados revelam que não existia uma grande diferença na escolarização dos retornados oriundos das duas mais importantes colónias, embora os retornados de Angola estivessem melhor posicionados ao nível dos ensinos preparatório, liceal e politécnico. O que estes resultados ilustram bem é o contraste, já atrás referido, entre as qualificações escolares da população residente e as da população retornada. Utilizando os dados de Rui P. Pires, Cláudia Castelo refere “verifica-se que 5,8% dos retornados eram analfabetos contra 28,3% no total dos residentes; 48,8% dos retornados tinham o curso primário contra 35,4% no total dos residentes; 14,4% dos retornados completaram o curso secundário contra 5,4% no total dos residentes; 4,8% dos retornados concluíram um curso superior contra 2,3% no conjunto da população portuguesa” (CASTELO, 2007, p. 227).

Interessante notar que, ao nível dos ensinos politécnico e superior (concluído), era predominante a formação na área das ciências agro-pecuárias: dois eram

engenheiros agrónomos, um era licenciado em ciências médicas veterinárias, dois tinham o diploma de engenheiro técnico agrário e doze eram diplomados com o Curso de Regentes Agrícolas. Neste particular, estes retornados do distrito partilhavam da característica evidenciada por todo o universo dos retornados portugueses “ (...) entre os retornados que possuíam um curso superior existem áreas técnico – científicas relativamente privilegiadas, sendo de destacar que mais de 20% dos licenciados portugueses em ciências agro – pecuárias vieram das colónias.” (PIRES, 1987, p. 114).

6. Uma população com outra experiência profissional ou posição social?

Usando como indicador a profissão exercida na colónia e declarada na ficha de recenseamento e nos processos de pedido de financiamento para actividades produtivas, pese embora o constrangimento referido anteriormente que se prende com a falta de dados por preenchimento incompleto das fichas, procurámos traçar a seguinte perfil profissional da população retornada comparando – a com a da população residente no Distrito de Évora em 1970 (Tabela 6 e Gráfico 1)

Em 1970, apesar das mudanças que ocorriam desde o início dos anos 60, numa sociedade essencialmente rural ou «tradicional», para usar a classificação de Adérito Sedas Nunes (NUNES, p. 45), a estrutura sócio – profissional do distrito permanecia fortemente agrária, remetendo para uma configuração social piramidal muito marcada, caracterizada na base por um peso maioritário das ocupações directas no sector agrícola: só os lavradores e trabalhadores rurais não qualificados representavam 44,7% da população activa, revelando-se ainda um grupo profissional significativo de trabalhadores não qualificados (16,3%) e de trabalhadores qualificados (12,6%). A população retornada, pelo contrário, apresentava uma configuração social hexagonal, onde é visível o fraco peso dos universos profissionais agrários e um peso bem mais expressivo dos grupos intermédios,

constituído pelos profissionais com baixa qualificação, comerciantes e funcionários e daquele onde se integram os pequenos funcionários e pequenos comerciantes, que no conjunto representavam 42,4% dos activos.

Tabela 6

População (1970) e Retornados (1975-1976) do Distrito de Évora: Composição Sócio-Profissional (1)

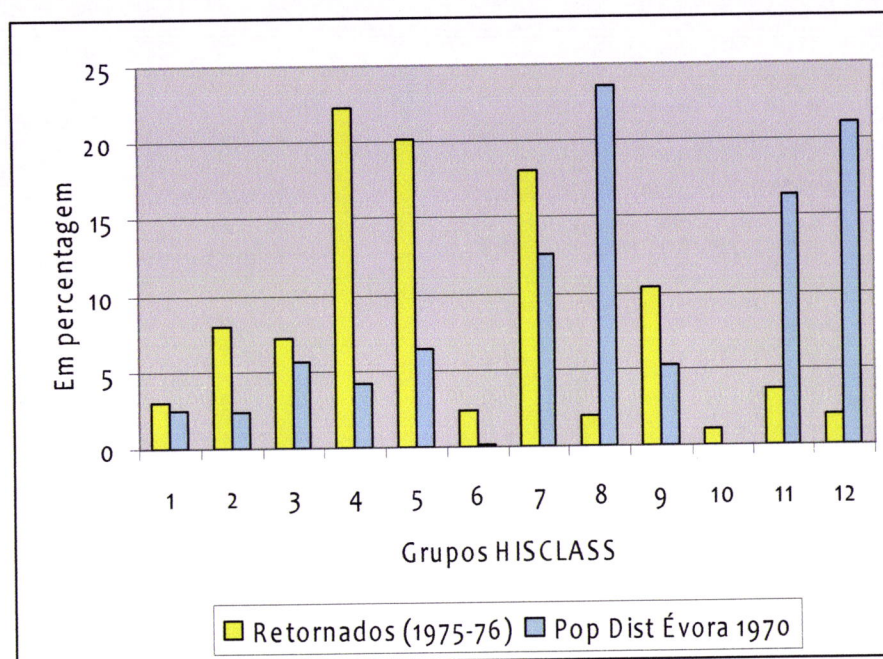
Grupos Profissionais (HClass) (1)		Retornados (1975-1976)		Distrito de Évora (1970)	
Classe	Descrição	Nºcasos	%	Nº casos	%
1	Gestores de topo	10	3,0	3655	2,5
2	Profissionais altamente classificados	27	8,0	3335	2,3
3	Gestores (de nível inferior)	25	7,2	8115	5,6
4	Profissionais com baixa qualificação, comerciantes e funcionários	77	22,2	6185	4,2
5	Pequenos funcionários e pequenos comerciantes	70	20,2	9290	6,4
6	Encarregados	8	2,3	160	0,1
7	Trabalhadores qualificados	61	18,0	18435	12,6
8	Lavradores	7	2,0	34510	23,6
9	Trabalhadores semi – qualificados	36	10,4	7800	5,3
10	Trabalhadores rurais semi – qualificados	4	1,0	5	0,0
11	Trabalhadores não qualificados	13	3,7	23760	16,3
12	Trabalhadores rurais não qualificados	8	2,0	30830	21,1
	Total de Casos	346	100	146080	100

(1) Para efeitos de classificação sócio-profissional d adoptámos o HISClass, cujo esquema acomoda bem o caso em estudo. (FONSECA e GUIMARÃES, 2009)

(2) **Fontes:** ver tabela 1; Recenseamento da População. 1970, Lisboa, INE, 1973

Gráfico 1

População (1970) e Retornados (1975-1976) do Distrito de Évora: Composição Sócio-Profissional



Fonte: ver Tabela 6.

A utilização da classificação proposta por Van Leeuwen para a caracterização dos grupos profissionais permitiu-nos detectar outras diferenças, que a Tabela 7 sistematiza. Quer no topo, quer na base, as diferenças são expressivas. A uma estrutura profissional em que 60,5% dos activos exerciam uma actividade não manual, para a qual era exigido um nível de competência elevado/médio (62,7%) e em que 10,2% tinham responsabilidades de supervisão, opunha-se uma estrutura em que a maioria dos activos exercia uma profissão manual (79%) com níveis de competência média/baixo (56,8%) e uma elevada percentagem de indivíduos sem qualificação (37,4%).

Tabela 7

Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): HISCLASS e características

Características	Classe	População retornada (%)	População residente (%)
Não – manual	1, 2,3,4, 5	60,5%	21%
Manual	6,7,8,9,10,11,12	39,5%	79%
Por Níveis de competências:			
- Elevado	1,2	11%	4%
- Médio	3,4,6,7,8	51,7%	46,1%
- Baixo	5,9,10	31,6%	11,7%
- Desqualificado	11,12	6%	37,4%
Supervisão	1,3	10,2%	8,1%

(VAN LEEUWEN, 2011,p.57)

Um segundo nível de análise prende-se com o impacto da experiência africana na situação sócio – profissional dos retornados naturais da *Metrópole*, isto é os verdadeiros retornados. Tendo por referência a profissão declarada à saída e à chegada a Portugal, construímos a uma tabela de mobilidade profissional (de carreira).

A Tabela 8 mostra que 43,1% dos retornados oriundos de Portugal continental mantiveram a posição sócio – profissional com que saíram de metrópole. Ao expressivo peso da imobilidade social junta-se o facto de 14% terem descido na escala social. Seja como for, para 44,8% dos indivíduos, a experiência africana permitiu escalar alguns ou muitos degraus na hierarquia social.

De salientar que, é na classe 9 (Trabalhadores semi-qualificados) e na classe 13 (estudantes e doméstica) que se registam as percentagens de mobilidade positiva mais elevadas: no primeiro caso 73,6% dos indivíduos ascendem e no segundo essa

percentagem é de 60%. Em termos gerais podemos afirmar que cerca de metade dos portugueses que emigraram para África e que, após o regresso escolheram o distrito de Évora para residir, melhoraram a sua situação sócio – profissional.

Tabela 8

Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): Mobilidade dos Retornados de naturalidade europeia (Homens e Mulheres)

Classes		POSIÇÃO À CHEGADA A PORTUGAL													Total	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13		
P O S I Ç A O S O C I A L À S A I D A D E P O R T U G A L	1	1														1
	2		5													5
	3			3	1	2			1							7
	4	1	1	1	8	2		1		2					1	17
	5			3	7	10										20
	6				1	1	0									2
	7	1			1	1	1	8		2						14
	8			1					1	1						3
	9			2	4	4	2	1	1	4		1				19
	10										1					1
	11				3	1				1		1				6
	12										1		0			1
	13				1	6		1		3		1		8		20
Total																
		2	1	7	17	13	3	2	1	4	1	1	0	9	116	

Descolonização e Repatriamento Europeus: A História dos Retornados portugueses

Metodologia: Seleccionados apenas os casos de ambos os sexos em que foi declarada a profissão ou situação de origem quando saíram da “Metrópole”. Às profissões dispostas segundo a Classificação HISClass, acrescentamos uma classe 13, que inclui indivíduos que saíram como estudantes e/ou domésticas. Fonte: ver tabela 6

7. Distribuição residencial

Uma vez instalados, quisemos saber de que forma se distribuíram geograficamente pelo distrito. A partir das declarações prestadas foi possível chegar à distribuição residencial que a tabela 9 retrata.

Tabela 9

Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): Distribuição residencial

Local de residência	Nº Casos	%
Évora	467	47,6
Vila Viçosa	29	3,0
Estremoz	74	7,5
Mora/ Cabeção	26	2,6
Vendas Novas	58	6,0
Arraiolos/Vimieiro	24	2,4
Montemor – o – Novo	63	6,4
Mourão	18	1,8
Reguengos de Monsaraz	71	7,2
Redondo	12	1,2
Alandroal	45	5,0
Viana do Alentejo	14	1,4

Descolonização e Repatriamento Europeus: A História dos Retornados portugueses

Borba	41	4,1
Portel	15	1,5
Outros Locais (1)	24	2,4
Total	981	100

(1) Casos dispersos por S. Miguel de Machede, N^a Sr^a de Machede, Monte de Trigo, Graça do Divor, S. Marcos do Campo, Vale do Pereiro, Campinho, Aldeias de Pias, Vale do Pereiro, Bencatel, Aldeia do Outeiro, Montoito, S. Mansos, Perolinas, Alcáçovas, Azaruja (1 a 2 casos por localidade)

Fonte: ver tabela 1

A característica nacional e europeia de preferência pelos núcleos urbanos na escolha do local de residência, está patente nos dados apresentados. A distribuição desigual pelas diferentes cidades prende-se com a importância económica das mesmas: Évora, capital de distrito ofereceria melhores condições de vida e mais perspectivas de emprego do que qualquer outra cidade do distrito. Por outro lado, esta escolha adequa-se com as suas profissões que são de cariz essencialmente urbano.

Em resumo, os retornados que vêm residir no distrito de Évora nos anos de 1975/76 eram, na sua maioria regressados de Angola com ligações familiares, mais ou menos próximas, no distrito. Constituíam uma população duplamente jovem, com boa preparação académica; são, essencialmente, profissionais com baixa qualificação, comerciantes e funcionários, pequenos funcionários e pequenos comerciantes, possuidores de competências acima da média da população activa residente no distrito, que se distribuiu pelos centros urbanos do distrito, especialmente Évora. De que forma fizeram a sua integração na sociedade é o tema do próximo capítulo.

Capítulo III: Mecanismos de integração

O objectivo deste capítulo é discutir o alcance das iniciativas e do esforço das autoridades públicas com vista à integração económica da população regressada das ex – colónias, focalizando a nossa atenção no distrito de Évora onde se radicou uma população relativamente jovem, em grande parte conhecedora da região e tendo nela afectos, falante da língua nacional, formalmente mais educada que a população regional, profissionalmente mais diversificada e com experiência de uma economia moderna.

O Estado português, para além das medidas urgência (ver anexo 1), criou dois tipos de mecanismos tendentes à integração profissional e económica dos recém – chegados: o Quadro Geral de Adidos e uma linha de financiamento a projectos de interesse económico com vista à criação de empresas e de postos de trabalho.

Analisaremos a forma e a escala como estas medidas contribuíram para a integração económica dos retornados do Distrito, isto é, de 1112 chefes de família acompanhados pelos respectivos agregados familiares, num total de 3120 pessoas.

1. O Quadro Geral de Adidos

Ao longo do ano de 1975 as organizações representativas dos retornados foram sendo informadas das intenções governamentais para o enquadramento dos funcionários públicos da administração colonial no quadro geral de uma renovada administração pública.

Logo no primeiro mês desse ano, uma comissão de retornados denominada Comissão dos Deslocados do Ultramar, após uma reunião no Ministério da Coordenação Interterritorial, tomava a seguinte posição pública “A Comissão considera inadmissível que, decorridos tantos meses, não se consiga fazer publicar o «Decreto do Quadro de Adidos» (que segundo consta já teve vinte versões), lançando na dúvida e insegurança muitos milhares de funcionários, a escassos cinco meses da independência dos vários territórios.” (Diário do Sul, 23 Janeiro 1975)

Como forma de pressão, organizaram uma manifestação frente ao Palácio de Belém, reclamando a modificação do item do regulamento do quadro de adidos que respeitava a redução do vencimento dos funcionários enquanto aguardassem colocação. Os manifestantes insurgiam-se contra esta redução (50% do vencimento) considerando a medida como uma forma encapotada de “convencer os funcionários que trabalham nas ex-colónias, quão prejudicial pode ser para muitos deles uma saída precipitada e menos ponderada em direcção à metrópole, ao mesmo tempo que colocava os funcionários que já tinham regressado perante “o dilema insustentável de regressar ao Ultramar ou receber 50% dos vencimentos.” (Diário do Sul, 1 Fevereiro 1975)

No ano seguinte foi publicado em Diário da República o Decreto – Lei nº 294 de 24 de Abril que formalizou a criação do Quadro Geral de Adidos, definindo que nele se enquadravam os “Agentes vinculados ao Estado e corpos administrativos da

administração ultramarina antes de 22 de Janeiro de 1975, contando nessa data um ano de serviço ininterrupto, pertençam ou não aos quadros e que, mantendo a nacionalidade portuguesa, de acordo com a lei vigente, ao abrigo dos acordos de descolonização, pretendam ingressar no quadro geral de adidos e, ainda, os que à data da entrada em vigor do presente diploma tenham ingressado, ao abrigo do Decreto – Lei nº 23/75 de 22 de Janeiro, no quadro de adidos do Ministério da Cooperação”.

Dos retornados residentes no distrito, 190 deles (17%) enquadravam-se no perfil definido. Estes funcionários públicos tinham regressado maioritariamente de Angola (53%), 41,5% de Moçambique e 5% das restantes colónias, onde tinham desempenhado um leque muito variado de funções em diferentes serviços do Estado.

Tabela 10

Retornados do Distrito de Évora (1975-1976): Funcionários Públicos

Serviços da Administração Pública Colonial	Número de Casos	%
Serviços de Saúde	6	3
Serviços de Justiça	4	2
Serviço de Finanças	3	1,5
Serviços de Estradas e Transportes	29	15,2
Serviços de Educação e Investigação	47	25
Serviços de Agricultura, Florestas e Povoamento	30	16
Serviço de Geologia e Minas	2	1
Serviços de Segurança (P.S.P,P.J,OPVDCA)	14	7,3
Serviço de Correios e Comunicações	12	6,3
Serviço do Trabalho e Segurança Social	1	0,5
Serviços Municipais	11	6
Serviço de Administração e Estatística Colonial	28	14,7
Instituições de Crédito	1	0,5
Não refere	2	1
Total	190	100

Fonte: Recenseamento da População Retornada. Quadro Geral de Adidos

Uma percentagem significativa dos retornados do Distrito de Évora (25%) concentrava-se nos serviços da Educação e Investigação, no qual incluímos os funcionários do Instituto de Investigação Agronómica de Angola, do Instituto de Investigação Veterinária de Angola e os que estavam ligados aos serviços educativos. A Educação era o sector mais representativo com 76,5% dos efectivos e nele destacava-se o peso das “retornadas”. Na verdade, as mulheres representavam 89% do total dos indivíduos ligados ao sector e 89% eram professores dos vários níveis de ensino, assim distribuídos: 31,3% eram professores de posto, 34,4% professores primários, 28,1% leccionavam nos ensinos preparatório e secundário e 6,2% estavam ligados ao ensino superior nas áreas da Biologia e das Ciências Veterinárias.

Estes indivíduos fizeram a sua integração nos quadros da administração pública, à medida que foram surgindo vagas ou criados novos lugares e outros reformaram-se ainda relativamente jovens, principalmente porque pertenciam a sectores onde se verificava a existência de mão-de-obra adequada às necessidades.

2. Programa de Crédito para Investimentos Produtivos

Para a execução e gestão deste programa de crédito, a Secretaria de Estado dos Retornados e a do Orçamento, Planeamento e Tesouro criaram, em Julho de 1976, a Comissão Interministerial de Financiamento de Retornados (CIFRE).

O programa contou com a participação do sistema bancário e com o apoio do Conselho da Europa através do empréstimo de cerca de 7 milhões de contos e de uma doação de 1 milhão de contos do governo americano e foi pensado para ter

uma vigência de 4 anos (1977/1980). Durou apenas um ano, pois que, o “envelope” financeiro de 20 milhões de contos não foi suficiente, e, tendo em conta a grande adesão, foi imposta a data de 31 de Março de 1978 como limite para a apresentação dos pedidos de financiamento.

O Programa foi concebido para financiar um leque extenso de projectos empresariais em zonas menos desenvolvidas do país, mas em 1978, devido ao elevado do número de pedidos, foi decidido deixar de apoiar financeiramente projectos nas seguintes áreas: actividades comerciais, actividades turísticas no distrito de Lisboa, avicultura, suinicultura, cunicultura, bovinicultura sem terra e indústrias de artefactos de cimento para a construção civil.

A apreciação dos projectos decorreu de forma descentralizada tendo sido utilizada a estrutura de serviços criada pelo Comissariado para os Desalojados (Decreto – Lei nº 683-B/76 de 10 de Setembro). Os pedidos de financiamento eram entregues e analisados nas Comissões Concelhias de Desalojados (constituídas pelo Presidente da Câmara, o Chefe da Repartição de Finanças, o representante distrital do I.A.R.N. e 3 desalojados propostos pelo Presidente da Câmara e nomeados pelo Governador Civil). Se o montante do pedido se situasse entre os 50 e 500 contos esta comissão tinha competência para decidir da sua aprovação, caso contrário, o pedido era encaminhado para a Comissão Distrital ou Regional (equipa presidida pelo Governador Civil e composta Director das Finanças distrital, o delegado do I.A.R.N. e 3 desalojados propostos pelo Governador Civil e nomeados pelo Alto Comissário). A este nível eram decididos os financiamentos que envolvessem capitais entre os 501 e os 5.000 contos. Para montantes superiores, as Comissões Distritais ou Regionais enviavam os processos à CIFRE a quem competia analisar e decidir em projectos entre 5.001 a 10.000 contos. Acima deste montante, os projectos eram entregues nas Comissões Distritais ou Regionais e enviados directamente ao Alto – Comissário.

Uma vez aprovados pela CIFRE, os projectos eram sujeitos à apreciação da Banca e os interessados, munidos de uma credencial, escolhiam o banco ao qual solicitavam 40% do financiamento. Após a aprovação pela banca, eram disponibilizados os capitais CIFRE que correspondiam a 60% do financiamento necessário à execução do projecto.

Para o distrito de Évora foi canalizado 1,4% do financiamento total deste programa, que atendeu pedidos que representaram 1,1% (97) dos 8.350 apresentados a nível nacional. (PIRES, 1987,pp 159 e 163). A tabela 11 sistematiza a seguinte distribuição do financiamento aos retornados do Distrito de Évora por sectores de actividade.

O valor médio dos pedidos de financiamento situou-se nos 2.772 contos e os projectos propunham-se dar origem a 544 postos de trabalho. Segundo Pena Pires, nos distritos alentejanos o custo dos postos de trabalho situou-se muito acima da média nacional, devido ao facto de, nestes distritos, o financiamento ter sido concentrado na agricultura e ter envolvido investimento com a aquisição de terras. (PIRES, 1987,pp 162 e 163)

Estes dados quantitativos dão-nos uma visão global do programa, mas exigem uma abordagem qualitativa de forma a conhecermos com mais detalhe, o tipo e o impacto regional das actividades financiadas. No Arquivo do Governo Civil, foi possível localizar sessenta e dois pedidos de empréstimo no âmbito do Programa CIFRE e que corresponderão a 68% do total dos projectos apresentados por retornados fixados no distrito de Évora¹⁶.

¹⁶ Segundo os dados de Rui Pena Pires (1987) para no Distrito de Évora registaram-se 97 pedidos de financiamento, p. 163

Tabela 11

Financiamento do CIFRE por sectores de Actividade no Distrito de Évora

Sectores de Actividade	Em 1.000 Esc.	%
1- Agricultura, Silvicultura e Pescas	173.692	64,5
2- Indústrias Extractivas	8.887	3,3
3- Indústrias Transformadoras	39.047	14,5
5- Construção	7.002	2,6
6- Comércio por grosso e a retalho	7.540	2,8
7- Transportes e Comunicações	5.655	2,1
9- Serviços	27.467	10,2
Total	269.290	100

Fonte: PIREs, 1987, pp. 170

Foram essencialmente pedidos a título individual e apenas em 17 casos (25%) foi solicitado financiamento para actividades realizadas em sociedade ou em cooperativa. Na tabela 12 organizou-se geograficamente e por sector de actividade económica os referidos projectos.

Tabela 12

Distribuição geográfica e por sector económico dos Projectos financiados no Distrito de Évora

Localidade	Projectos		Distribuição por Sectores						
	Nº	%	I	II	III	V	VI	VII	VIII
Évora	28	45	3	3	-	-	9		13
Reguengos de Monsaraz	2	3,2							2
Vila Viçosa	4	6,4					1		3
Montemor-o-Novo	5	8	2				3		
Pavia	1	1,6					1		
Borba	8	13	2				2		4
Alandroal	2	3,2	1		1				
Portel	2	3,2	1						1
Vendas Novas	3	5	1		1		1		
Estremoz	3	5					2		1
Arralolos	2	3,2	1				1		
Redondo	1	1,6							1
Escoural	1	1,6	1						
Total	62	100	12	3	2	-	20	-	25

Sectores. I Agricultura, Silvicultura e Pescas; II Indústrias Extractivas; III- Indústrias Transformadoras; V- Construção; VI Comércio por grosso e a retalho; VII- Transportes e Comunicações; IX- Serviços (Classificação segundo Pena Pires) Fonte: Comissariado para os Desalojados. CIFRE

No concelho de Évora concentraram-se 45% dos projectos financiados com vista à exploração de dois bares, um restaurante, uma sapataria, uma tabacaria, um mini – mercado com talho, três oficinas, um consultório de próteses dentárias, uma loja de electrodomésticos, um gabinete de contabilidade, uma instalação para a indústria hoteleira e um armazém para o comércio grossista de frutas e legumes. Foram também financiados a constituição de duas fábricas de blocos de cimento, uma de exploração de mármore e outros três projectos, dois para a constituição de unidades agro – pecuárias e outro para uma unidade silvo – pastoril. Os restantes pedidos de financiamento destinavam-se à compra de viaturas para a comercialização e distribuição de produtos, para apoio à construção civil (o proponente também pretendia adquirir ferramentas para o desenvolvimento desta actividade), transporte de mercadorias e duas viaturas destinadas ao serviço de táxi.

A seguir a Évora foi em Borba que mais projectos foram financiados. Deste concelho eram originários sete dos projectos apresentados e destinados à constituição de uma residencial, uma tabacaria, uma livraria, uma perfumaria e uma discoteca, uma lavandaria, uma loja para a comercialização de acessórios de automóveis e um gabinete técnico de apoio à agricultura. Foi igualmente financiada a instalação de uma suinicultura que deu origem à firma “Vaqueira, Sociedade Agropecuária, Lda”, a constituição de uma sociedade direccionada para a exploração agro – pecuária “Sacosa: Sociedade agro-pecuária da Carrascosa, Lda.” e foi ainda financiada a aquisição de uma carrinha para a venda ambulante de peixe fresco.

De Montemor-o-Novo, eram originários cinco projectos que visaram a instalação de uma farmácia, uma loja para a comercialização de vidros e outra para funcionar como mini – mercado. Os financiamentos permitiram ainda a constituição de uma cooperativa dedicada à agro-pecuária intensiva, a cooperativa do Arranhadouro e de uma exploração pecuária, a “Agropomar”.

Em Vila Viçosa, foram financiados quatro projectos, mas apenas um obrigava à existência de um espaço, um salão de cabeleireira, enquanto os restantes se destinavam à aquisição de viaturas essenciais para o desenvolvimento da actividade económica dos proponentes: distribuição de produtos alimentares, apoio à actividade de exploração de mármore e venda ambulante de carnes.

Em Vendas Novas e Estremoz foram contemplados três projectos em cada uma das localidades. No primeiro caso, para a instalação de uma indústria de fiação, de um núcleo agro-pecuário e de um café. Em Estremoz, os projectos uma vez financiados, levaram à instalação de duas oficinas e uma cervejaria.

No Alandroal, em Portel, em Reguengos de Monsaraz e em Arraiolos apareceram dois projectos por concelho para financiamento de, respectivamente, uma indústria de pré – forçados e agro – pecuária intensiva, para compra de uma herdade para agro-pecuária e de uma carrinha para distribuição de vinhos e licores, para a instalação de uma residencial com restaurante e a aquisição de uma carrinha de distribuição de gás, para arrendamento de uma quinta e exploração de uma bomba de gasolina.

Nas localidades de Pavia, Redondo e Escoural foram financiados, respectivamente, um projecto para a instalação de uma oficina de relojoaria, outro para aquisição de uma viatura para venda ambulante e um terceiro para a constituição da cooperativa agro-pecuária dos “Casões”.

A maioria dos financiamentos destinaram-se à criação de pequenas e médias empresas, especialmente nos sectores dos Serviços (40%), do Comércio por Grosso e a Retalho (32%) e da Agricultura, Silvicultura e Pescas (19%). Esta repartição do financiamento não apresenta diferenças em relação ao todo nacional, o que levou Pena Pires a concluir que “No conjunto do país, o impacto (directo) do retorno sobre a dinâmica económica da sociedade portuguesa vê-se diminuído pela forte

concentração de retornados no sector terciário e, dentro deste, em particular nos serviços.” (PIRES, 1987,ps 128,129)

O Banco Pinto e Sotto Mayor financiou 45% dos projectos, o Banco Nacional Ultramarino 12%, o Banco Português do Atlântico e o Espírito Santo apoiam 9% dos projectos. Outras instituições bancárias, como o Banco Fonseca e Burnay, Borges e Irmão, Totta e Açores e Pinto de Magalhães também ajudaram à integração económica dos retornados, concedendo crédito a, respectivamente, 3% dos pedidos (os dois primeiros) e 1,5% (os dois últimos).

Sobre os projectos financiados ou à espera de financiamento, o Estado Português, através das comissões concelhias, efectuava um controlo por meio de visitas periódicas, no sentido de obter informações sobre a forma como os proponentes pretendiam concretizar os projectos ou estavam a aplicar os financiamentos. Destas visitas, efectuadas a 27/09/ 1977, seguem-se alguns exemplos:

Concelho do Alandroal

Data do pedido: 21/01/77

Financiamento CIFRE: 2.200 contos

Financiamento Banca: 1500 contos

Valor pedido: 3.700 contos

Encontra-se numa fase bastante adiantada a construção do complexo agro-pecuário a que meteu ombros. Possui muito gado vacum leiteiro. Dispõe de água potável canalizada, energia eléctrica, moto-bomba e respectivos acessórios para irrigação de muitos hectares de terra. É relevante o trabalho realizado. Tem aplicado com saber e conhecimento o empréstimo. Já deu início à venda de leite à CAPLE.

Concelho de Reguengos de Monsaraz

Data do pedido: 23/03/77

Valor pedido: 200

Em face do desinteresse demonstrado, consideramos sem efeito o respectivo pedido.

Concelho de Viana do Alentejo

Data do pedido: 31/01/77

Valor pedido: 8.750

Saber o que se passa com este pedido, pois consta-nos que desistiu

Concelho de Montemor – o – Novo

Data do pedido: 27/12/76

Financiamento Cifre: 14.000 contos

Financiamento Banca: 12.715 contos

Valor pedido: 26.715 contos

Este pedido de financiamento não passou pela comissão concelhia. Supomos que se trata da cooperativa “A Ponderosa”, sendo assim apenas podemos informar que nas visitas que lá fizemos, constatámos que estão desenvolvendo a actividade pecuária, forragens e habitação.

Pelos registos percebe-se que, ao lado de projectos que correram bem, outros falharam. Não esteve na nossa agenda de investigação seguir a evolução dos empreendimentos financiados, apesar de considerarmos o interesse desta pesquisa para melhor determinar quer o impacto económico destes projectos na dinamização da economia do distrito de Évora, quer os níveis de integração e satisfação de alguns retornados.

Voltando ao aspecto central, os dados revelam que o Estado Português promoveu a integração directa de cerca 23% dos retornados que residiam no distrito, quer através da sua integração no Quadro Geral de Adidos (190 indivíduos), quer através do apoio financeiro a projectos para o desenvolvimento de actividades economicamente produtivas (62 pedidos financiados). Sabemos que os projectos financiados geraram 544 postos de trabalho e que alguns desses lugares foram ocupados por retornados.¹⁷ Admitindo que dois terços dos postos de trabalho foram ocupados por retornados, 180 indivíduos poderão ter conseguido garantir o seu sustento e das suas famílias, o que alarga para 39% o conjunto dos retornados,

¹⁷ Não encontramos informação referente a condições especiais para retornados no acesso ao emprego. Quanto aos projectos sob forma associativa há a indicação de que sendo desejável que os residentes participem, os desalojados devem totalizar dois terços em número e capital. (circular 2/77, caixa 1571)

cuja integração económica na sociedade portuguesa, resultou directa ou indirectamente da acção do Estado Português.

Embora não possamos inferir para o espaço nacional, podemos, sem margem de dúvida afirmar que os retornados do distrito de Évora encontraram pouco apoio directo do Estado para a sua integração na sociedade portuguesa.

Se esta constatação é verdadeira, levanta-se uma nova questão que é a de saber que factores, para além dos estudados, poderão ter contribuído para essa integração.

Conclusão

O fenómeno da integração dos retornados na sociedade portuguesa tem sido sublinhado como um processo surpreendente, uma vez que em poucos anos, os problemas sociais que o retorno provocou foram resolvidos com sucesso. No entanto, os factores que poderão ter contribuído para a plena integração dos “brancos, mestiços, negros e asiáticos, naturais de Portugal ou das colónias” (BARRETO, 1996, p. 39) não estão ainda completamente estudados.

António Barreto sugere que a integração “ (...) foi certamente o resultado de políticas voluntaristas de assistência e de acolhimento, mas o esforço das autoridades públicas não é com certeza a única explicação: muito se deverá também às características próprias da sociedade portuguesa, aos seus padrões culturais e comportamentos familiares. Só assim se justificará não só o sucesso da integração, como também a ausência de conflitos graves.” (BARRETO, 1996, p. 39)

Ao estudarmos a integração dos retornados residentes no Distrito de Évora, focalizámos a nossa atenção nas medidas tomadas pelo Estado Português com vista à integração económica e partimos do pressuposto de que direito ao emprego, à habitação, à educação, aos direitos cívicos e políticos (garantidos pela democracia

que se instalava em Portugal) trariam como consequência natural, a integração social e cultural.

Verificando que o esforço efectuado pelo Estado apenas terá contribuído para a integração económica de apenas 40% dos retornados do Distrito, ficava por explicar por que razão “Portugal foi africanizado nos últimos decénios. Os musseques do Prenda repetem-se no Alto do Dafundo, as marrabentas agitam os bailes dos domingos suburbanos, as churrasqueiras fumegam, nas estradas beirãs, o caril, a cerveja, o fumo, os fumos sobem nos planaltos nortenhos; o imaginário dilatou-se, as histórias de caça, de aventuras, de magia, de abundância, perpassaram os cabeços de granito e giestas.” (Jornal Público, 26/04/1995, Fernando DaCosta)

É possível, em nosso entender, elencar um conjunto de factores que poderão ter contribuído para o sucesso da integração dos retornados, tornando-os, ao mesmo tempo, elementos invisíveis na sociedade portuguesa, vivendo em conformidade com as normas da sociedade que os acolheu, ainda que com uma disponibilidade de grau diverso, e também elementos produtores de alterações cognitivas e comportamentais que se tornaram características do modo de vida português, porque e tal como Jean Jacques Jordi escreveu “A distinctive pieds -noirs and retornados culture emerged in France and Portugal (...).” (JORDI, 2003, p. 52).

Em primeiro lugar, o facto de serem maioritariamente emigrantes portugueses de primeira geração e, por isso, com relações ainda próximas com a metrópole. No caso da população retornada que se fixou no distrito de Évora verificámos que 45,8% eram naturais do Alentejo. Esta proximidade era não só familiar, como também étnica, linguística e cultural.

Em segundo lugar, o facto de os retornados se terem distribuído pelo espaço nacional, instalando-se nas regiões às quais os prendiam laços familiares mais ou menos fortes e / ou nas zonas onde a sua inserção profissional fosse facilitada. Apesar das lacunas de informação por demais referidas, concluímos que cerca de

56% de retornados apresentavam ligações familiares mais ou menos próximas ao distrito de Évora, onde se fixaram.

Esta dispersão geográfica, ao mesmo tempo que possibilitou a integração dos retornados numa rede de solidariedades familiares e regionais, não permitiu, ao contrário do que aconteceu em França com os *pieds – noirs*, a formação de uma comunidade com laços e solidariedades fortes e unida em torno dos mesmos problemas e reivindicações. João Cabral membro de uma organização cristã denominada Apoio Cristão Internacional, considerou que a ampla distribuição geográfica da população retornada foi incentivada pelo Estado Português e obedeceu a uma estratégia cujo objectivo era a de evitar conflitos sociais mais graves: “O êxito da integração não é total, foi a política seguida pelo Governo, que calou os retornados. Separaram-nos, polvilharam-nos pelo país, tiraram-lhes a força. Eles resignaram-se.”¹⁸

Apesar desta separação geográfica, durante 1975 e 1976, os retornados criaram um movimento associativo corporizado em três associações nacionais: o MAR (Movimento de Apoio ao Refugiado), a APRU (Associação Portuguesa dos Refugiados do Ultramar) e a FRAUL (Movimento Nacional de Fraternidade Ultramarina) e um sem número de comissões regionais. Este movimento associativo foi capaz de dinamizar manifestações, reuniões e protestos e reivindicar junto do poder político soluções para os problemas que enfrentavam. O tempo foi calando o descontentamento, apesar de alguns problemas continuarem sem solução. Registe-se que alguns retornados continuaram a sua acção reivindicativa junto do poder político através da realização de encontros formais como o “Congresso dos

¹⁸ Cf. “A Surpreendente integração dos Retornados”[http://www.xirico.com/c_html/tri/retornados.php (cf. 10.Out.2011)]

Espoliados do Ultramar”. Realizados na Aula Magna da Universidade de Lisboa, o primeiro no dia 26 de Novembro de 1988 e o segundo, dez anos depois, no dia 8 de Dezembro de 1999, ambos da iniciativa da Associação dos Espoliados de Angola (AEANG) e a Associação dos Espoliados de Moçambique (AEMO). O segundo e último congresso contou com a participação de Julien-Noel Lanaspren, presidente da Confédération Européenne des Spoliés d’Outre – Mer (CESON). Como se pode verificar pela leitura das conclusões dos congressos (anexos 3 e 4), os retornados continuaram a reivindicar o pagamento das indemnizações por perda de bens e o cumprimento, por parte do Estado, de todas as obrigações sociais, a criação de uma Secretaria de Estado para os Espoliados do Ultramar e a apelar ao apartidarismo dos retornados de forma a puderem apoiar o partido ou a personalidade que melhor defenda os seus interesses e reivindicações.

Não encontramos notícias da realização de novos congressos mas, em contrapartida, os retornados, espalhados pelo país, continuam a reunir-se em encontros anuais de locais, regiões, instituições (escolas) mais com o propósito da confraternização do que da acção.¹⁹

A Internet é outro meio que utilizam para partilharem as suas memórias. É uma presença forte, onde ainda se pressente a indignação e a revolta, mas ela é maioritariamente marcada pelo amor a África e pela saudade de um tempo que terminou.²⁰

Também em França, os refugiados que representavam, em 1993, entre 7% e 9% do eleitorado francês continuaram, através das suas associações, com alguma actividade reivindicativa. “Lors du Congrès du 23 mai 1990, le **Comité de liaison des**

¹⁹ Os antigos trabalhadores da Diamang publicam anualmente, por altura do encontro, uma revista com testemunhos de diferente índole. O acesso a esta informação foi-nos facultado pela Exma. Sr.ª Linda Fernandes.

²⁰ Na bibliografia deste trabalho estão referenciados alguns dos sítios da Web que consultámos.

associations de rapatriés demandait le rétablissement du ministères des Rapatriés, indispensable selon lui pour apporter des solutions spécifiques aux problèmes en suspens et réclamait la présentation au Parlement d'une loi d'indemnisation pour réparer pleinement les préjudices subis » (DUBOIS, 1993, pp 11).

Em terceiro lugar, contribuiu para o sucesso da integração dos retornados, a recepção social que, se em alguns momentos e em alguns lugares foi de desconfiança e até de uma certa hostilidade, se caracterizou pelo apoio da sociedade civil aos que chegavam a Portugal vindos do Ultramar.²¹

A par da Caritas, tanto o Partido Socialista como o Partido Popular Democrático constituíram comissões de apoio aos retornados com o objectivo de angariarem dinheiro, roupas, remédios e brinquedos para posterior distribuição. (DN, 14 Junho 1975)

Alguma da incompreensão e tensão que existiu entre os retornados e a população residente teve a sua origem na situação económica do país "Rentrés en période de grave récession, les retornados étaient parfois mal perçus par les métropolitains qui voyaient arriver des concurrents sur le marché, déjà restreint, de l'emploi, concurrents assimilés à des « négriers » ou à « des alliés objectifs de la contre – révolution. ». (DUBOIS, 1994, p. 233)

Ilustrativos desta luta pelo posto de trabalho foram alguns episódios relatados por Helena Matos: "...o Sindicato dos Delegados do Procurador da República [manifestou-se] contra o decreto que permitia «o ingresso indiscriminado dos magistrados judiciais e do Ministério Público das colónias na magistratura portuguesa»"; e no "[...] caso dos professores [foi] ainda mais grave: [chegou] a ser convocada uma greve para protestar contra a decisão do Ministério da Educação de integrar os professores provenientes das colónias."²²

²¹ Sobre a recepção social dos retornados ver Jornal Público, 11/Novembro/2011. Num registo mais literário, ver também o romance de Dulce Cardoso, " O Retorno" 2011

²² Helena Matos, «Retornados: a palavra nasceu há 35 anos (II)» <http://formactiva.org/2009/content/retornados-como-eu> (consultado a 19-09-20109)

A luta pelo acesso aos recursos, nomeadamente à habitação, também originou algumas atitudes reveladoras de pouca solidariedade “Como o politicamente correcto não existia na época, ficaram também registadas as decisões de comissões de moradores e juntas de freguesia contra a inclusão dos «regressados de Angola» nos bairros sociais.”²³

Por outro lado, muita da conflitualidade entre os retornados e a população residente aconteceu, essencialmente, na região de Lisboa e Setúbal. Aqui se concentravam os regressados sem grandes ligações à metrópole, aqueles que tinham nascido nas colónias, “os africanos”. Alguns destes cidadãos subsistiam com o apoio de instituições e “grande parte dos indivíduos que estão nesta situação não só nasceram nas colónias como também são africanos [leia-se não brancos], o que poderá indicar que *a questão racial constitui um dos mais sérios problemas no processo de integração dos retornados na sociedade portuguesa.*” (PIRES, 1987,p.69)

Em quarto lugar, a política governamental que se mostrou sensível ao problema destes cidadãos. No dia 14 de Agosto de 1975, a primeira página do Diário de Notícias inseria uma notícia com o título “Decisão do Directório. **Auxílio imediato aos retornados**”. As medidas enunciadas estendiam a estes cidadãos o acesso a prestações sociais como o subsídio de desemprego, abono de família, assistência médica e medicamentosa e assistência hospitalar. O interesse da notícia está no seu ponto 4º que passamos a transcrever “As medidas que agora se anunciam constituem elos de uma cadeia que só se fechará quando estiverem superadas todas as dificuldades que obstarem à perfeita reintegração de todos os retornados, o que equivale a significar que não se deseja constituir uma classe de assistidos, mas, conseguir que em Portugal só exista uma única categoria de portugueses, sem

²³ Ver nota anterior

exploradores nem explorados, e onde todos se sintam iguais perante o Estado e perante a lei.”. Se pode ser discutível a utilização do termo “reintegração” aplicado a estes cidadãos, o que importa aqui é salientar a ideia mestra que norteou a acção do Estado português: integrar para igualizar, procurando desta forma atenuar as diferenças que, neste caso, poderiam ser politicamente perigosas. Para ilustrar esta percepção do perigo para a Revolução que os retornados poderiam constituir ou constituíram, escolhemos uma notícia de 16 de Agosto de 1975 que passamos a transcrever “A comissão distrital do PCP de Vila Real distribuiu um comunicado em que alerta os deslocados das ex-colónias para o aproveitamento que os fascistas tentarão fazer de um projectado *Encontro do Emigrante Africano*, utilizando-o como pretexto para desencadear a violência nesta cidade transmontana. O PCP aconselha: os retornados devem resolver os seus problemas sem se virarem contra a revolução portuguesa; os problemas dos retornados devem-se ao fascismo que os obrigou a procurarem melhores condições de vida nas colónias, ao capitalismo e ao imperialismo.” (DN, 16 Agosto 1975)

Por fim, os retornados eram, no seu conjunto, indivíduos bem preparados, quer do ponto de vista académico, quer do ponto de vista profissional, destroçados mas não conformados com a situação em que se encontravam e dotados de um espírito empreendedor. Estas características pessoais, associadas a um desejo efectivo de não regressarem ao mundo de pobreza que conheceram em Portugal, à vontade férrea de voltarem a conquistar uma situação económica e social confortável (tal como já tinham atingido em África), constituem o factor mais decisivo para o sucesso da integração.

É, na nossa perspectiva, a acção conjugada destes factores que fundamentam a ideia expressa pelo ex-ministro e fiscalista Henrique Medina Carreira que considerou como bom exemplo da capacidade da sociedade portuguesa “dar a volta por cima” em momentos difíceis “A forma como lidámos com a vinda de 600 mil

peças que perderam tudo em África. Só um povo muito capaz podia registar um aumento súbito de 6% da população sem grandes sobressaltos. Em dois, três anos, o problema estava ultrapassado. Para mim, foi o maior feito da sociedade portuguesa após o 25 de Abril.” (Caderno de Economia, Jornal Expresso, 30 Dezembro, 2010, p. 05).

Esta é, talvez, a *história dos vencedores*, daqueles que apesar de todas as dificuldades, encontraram um lugar na sociedade que os recebeu. A integração dos retornados no distrito de Évora apresenta os contornos de uma história de sucesso. Eles eram, maioritariamente, jovens. Os dados mostram que 77,6% dos indivíduos, que vieram residir para o distrito, tinham idades abaixo dos 40 anos, contrastando com a população residente onde esta percentagem era de 47%. Acima dos 40 anos situavam-se 22,4% dos retornados e 46,4% dos residentes. A sua presença no distrito contribuiu para uma atenuação da tendência de envelhecimento demográfico que caracterizava o Alentejo.

Para além de jovens, eram mais educados do ponto de vista formal, pois possuíam qualificações escolares acima da média nacional dos residentes na metrópole e, embora não tenha sido possível a comparação com os dados regionais²⁴, é pouco provável que o panorama do distrito fosse diferente daquele que caracterizava o todo nacional.

Profissionalmente, eram mais competentes do que a população residente no distrito e, devido à sua experiência africana, eram portadores de uma outra experiência profissional. Constituíam uma população com uma configuração social “moderna”, onde era evidente o fraco peso dos sectores profissionais agrários e expressivo o peso dos grupos profissionais intermédios e apresentavam um nível de competência médio/elevado. Com estas características contrastavam com a estrutura sócio-profissional do distrito que permanecia “tradicional” e agrária,

²⁴ No tratamento dos dados referentes ao Recenseamento da População de 1970, o Instituto Nacional de Estatística, não procedeu à desagregação por distrito dos dados nacionais no que respeita à qualificação académica da população.

pouco competente e onde era elevada a percentagem de indivíduos sem qualificação. Desta forma, contribuíram para o aumento da qualificação da mão – de – obra do distrito.

Como atrás ficou demonstrado, cerca de 60% dos retornados que vieram residir no distrito de Évora, não beneficiaram da ajuda directa do Estado Português para a sua inserção/ integração económica na sociedade, no entanto, reuniam as condições ideais para uma rápida integração no mercado de trabalho. Por outro lado, a experiência de emigração tinha permitido aos naturais do distrito, uma ascensão social e um conforto económico que os estimulou na procura de soluções para a situação de desemprego e de perda em que se encontravam. Voltaram ao espaço do qual tinham partido, mas acrescentaram-lhe inovação e competência e assim, tal como Jordi escreveu «Les retornados par leur nombre, par leur impact sur la démographie, par leur qualification plus élevée que la moyenne nationale et par leur réelle volonté de s’insérer dans la société et l’économie portugaise, jouèrent un rôle fondamental dans la relance économique qui constitue certainement une des conséquences positives de la décolonisation.» (JORDI, 2003, p. 52).

Mas, ficam por contar outras histórias, uma vez que “L’integration des retornados resta toujours difficile, très imparfaite et encore incomplètement réalisée. Dix – huit ans après ce drame humain, qui par bien des aspects, rappelle celui des Pieds – Noirs d’Algérie, la question sociale née avec l’arrivée des retornados est toujours présente dans la vie nationale et dans les mentalités.» (DUBOIS, 1994, p. 236).

Na mesma linha de pensamento, Carolina Peixoto considera que “ A persistência do *Jornal O Retornado* no mercado editorial português por sete anos também é um fator que contribui para a sensação de desconfiança em relação à agilidade e ao sucesso da experiência de (re) integração dos retornados na sociedade portuguesa.” (PEIXOTO, 2011.p. 23)

Precisamos de procurar os casos de não integração, estudá-los de forma a identificarmos as causas do seu fracasso. As questões raciais enunciadas por Pena

Pires e a experiência de integração (ou de tentativa de ...) dos mais fracos e menos preparados profissionalmente, são uma outra face de uma narrativa histórica que enquanto não for iluminada, não estará completa.

No que respeita à integração sócio – cultural²⁵ dos retornados há igualmente um caminho de investigação a percorrer. A invisibilidade deste grupo na sociedade portuguesa actual pode ser sintoma de uma integração profunda, pode significar que, quer do ponto de vista cultural, quer do ponto de vista social e de identidade, os antigos retornados se diluíram na sociedade que os acolheu. Ou não... poderá apenas significar que não têm voz, que a sociedade dominante abafou o eco do seu descontentamento.

Talvez a segmentos desta agenda possamos voltar um dia.

²⁵ Ver definição, p. 6

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

Arquivo do Governo Civil de Évora

2. JORNAIS

Diário do Sul (1975)

Diário de Notícias (1975-1976)

3. BIBLIOGRAFIA :

BARRETO, António (1996) «Três décadas de Mudança Social» in António Barreto (Org.) *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa, Lisboa

BILBAO, Pedro A. Garcia (2011), *Migraciones Forzosas: análisis de un concepto. Un estudio desde la sociología de las migraciones*, col. Silente Académica, Ediciones Silente.

BOURA, I.M., JACINTO, R, LEWIS, J.R., WILLIAMS, A.M., (1983) "The economic impact of returned emigrants: evidence from Leiria, Mangualde e Sabugal, in *Emigração e Retorno na Região Centro*, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra

CASTELO, Cláudia (2007), *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com os naturais da metrópole (1920-1974)*, Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências Sociais, Porto

CRUZ, Pompílio da Cruz (1976), *Angola. Os vivos e os mortos*, Editorial Intervenção, Lisboa

FONSECA, Helder Adegar, GUIMARÃES, Paulo (2009), *Social Mobility in Portugal (1860- 1960): operative issues and trends*, Continuitie and Change, 24-3, Cambridge University Press, p 513-546.

FOKKEMA,T and HAAS, H (2011), “Pre- and post- migration determinants of socio-cultural integration of African immigrants in Italy and Spain”doi.10/111/j.1468-2435.2011.00687.X

GARCIA, Rita (2011) *S.O.S. Angola. Os dias da ponte aérea*, Oficina do Livro, Lisboa

GUERRA, João Paulo (2009) *O regresso das Caravelas*, Oficina do Livro, Lisboa

HARSGOR, Michael (1980), “Aftereffects of a “Exemplary Decolonization” in *Journal of Contemporary History*, vol. 15, nº1, Imperial Hangovers, Sage Publications, LTD. <http://www.jstor.org/stable/260463>

JORDI, Jean Jacques (1993), *De L'exode a L'exil. Rapatriés et Pieds – noirs en France. L'exemple marseillais 1954 – 1992*, Éditions L'Harmattan, Paris

JORDI, Jean Jacques (2003), “The collapse of world dominion”, in Rosemary Wakeman (Ed.by) , *Themes in modern european history*, Routledge ,London and New York

KING, Russel, (1978) “Return migration: a neglected aspect of population geography” in, *Area*, vol. 10-13, Blackwell

LEANDRO, J.M. Marques (1983) “Retorno de Desalojados e Retorno de Emigrantes”, in *Emigração e Retorno na Região Centro*, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra

LOPES, José da Silva (1996), “A economia portuguesa desde 1960”in António Barreto (Org) *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa, Lisboa

MIÈGE, Jean – Louis, DUBOIS, Colette, (1994) *L'Europe retrouvée. Les migrations de la décolonisation*, Éditions L'Harmattan, Paris

MUEKALIA, Jardo, (2010) *Angola. A Segunda Revolução. Memórias da luta pela Democracia*, Sextante Editora, Porto

PEIXOTO, Carolina (2011), *A mídia portuguesa e o retorno dos nacionais*, O Cabo dos Trabalhos, nº6, <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n6/ensaios.php>

PIMENTA, Fernando Tavares (2008), *Angola, os Brancos e a Independência*, Edições Afrontamento, Porto

PINTO, António Costa (1999) “Portugal e a resistência à descolonização” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir) *História da Expansão Portuguesa*, vol 5, Circulo de Leitores, Navarra

PINTO, António Costa (1999a) “A Guerra Colonial e o Fim do Império Português” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir) *História da Expansão Portuguesa*, vol 5, Circulo de Leitores, Navarra

PIRES, R. Pena, MARANHÃO, M. José, QUINTELA, J.P., MONIZ, Fernando, PISCO, Manuel (1987) *Os Retornados um estudo sociográfico*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa

PIRES, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração. Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*, Celta Editora, Lisboa

ROCHA; J. Marques (2002), *A descolonização. 24 de Abril de 1974 a 11 de Novembro de 1975. Os mensageiros da guerra-Angola*, Edição: Grafibraga, Braga

VAN LEEUWEN, Marco H.D., MAAS, Ineke, (2011), *HISCLASS. A Historical International Social Class Scheme*, Leuven University Press, Leuven

4. Os Retornados na WEB

http://esfcastro.pt:8079/franciscosilva/multimedia_corpo.html

<http://retornadosdafrica.blogspot.com>

www.xirico.com

www.aemo.org/noticias.html

www.cubata-angola.com

<http://retornados.home.sapo.pt/>

Anexo 1

Quadro 1 : « Rapatrié » e Retornados em comparação : Legislação Francesa e Portuguesa

FRANÇA	PORTUGAL
<p>1. Conceito de repatriado</p> <p>« Les Français, ayant dû ou estimé devoir quitter, par suite d'événements politiques, un territoire où ils étaient établis et qui était antérieurement placé sous la souveraineté, le protectorat ou la tutelle de la France. » (1)</p> <p>2. Estrutura administrativa de apoio</p>	<p>1. Conceito de retornado/ desalojado</p> <p>“a) Serem, segundo as normas da lei da nacionalidade, cidadãos portugueses;</p> <p>b) Terem tido, anteriormente à sua vinda das ex-colónias, numa destas a sua residência habitual;</p> <p>c) Carecerem de, pelo menos, uma das formas de apoio previstas no esquema de subsídios aprovado no presente Conselho de Ministros e constante de resolução autónoma;</p> <p>d) Terem regressado da ex-colónia da sua residência habitual posteriormente a 1 de Setembro de 1974. “(2)</p> <p>2. Estrutura administrativa de apoio</p>

a) Até 1956

- os serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros eram responsáveis pelo repatriamento e acolhimento de franceses;
- com as invasões hitlerianas, são criados dois serviços no âmbito do mesmo ministério: “Comité d’entraide aux Français rapatriés” e “l’Office des biens et intérêts privés”. O primeiro dos serviços ocupava-se do acolhimento e alojamento e o segundo recolhia as declarações de bens, a partir das quais era calculado o apoio financeiro, ao mesmo tempo que negociava as reparações devidas.

b) 1957 a 1961

- 1975: criado o “Centre d’orientation pour les Français rapatriés” ligado ao Ministério do Interior.
- 1958 é nomeado um “Commissaire général aux rapatriés” sob a dependência directa do 1º Ministro;
- 1959: 1- é instituído o “Commissariat à l’aide et à l’orientation des

a) Até Agosto de 1974

No âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros existiam três núcleos:

- Comissão Administrativa de Assistência aos Desalojados (CAAD), apoio às pessoas que vinham da Índia;
- Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos (CATU) que apoiava os caboverdianos à procura de emprego;
- Grupo do Apoio aos Desalojados do Ultramar (GADU), criado em Agosto de 1974 para apoiar as famílias que começavam a chegar de Moçambique e da Guiné.

b) Março de 1975

Dependente da Presidência do Conselho de Ministros é criado o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN)

c) Outubro de 1975-criada a Secretaria de Estado dos Retornados, no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais que passa a tutelar o IARN

d) Setembro de 1976- criado o Comissariado para os Desalojados

Français rapatriés” dependente do Ministério do Interior. Tinha como responsabilidade o apoio aos franceses do sector privado que regressassem da Indochina, Tunísia, Marrocos e Guiné. São criados serviços descentralizados em algumas regiões de França. Os franceses do sector públicos ficam sob a alçada dos respectivos ministérios.

2- é criada uma comissão interministerial responsável pela defesa dos interesses dos repatriados da Tunísia e de Marrocos.

c) A partir de 1961, com a Lei Boulin, é criada a Secretaria de Estado dos Repatriados que passa a centralizar toda a ajuda à integração dos repatriados.

3. Medidas de urgência

- Prestação de acolhimento
- Alojamento temporário em hotéis, quartéis, hospitais, fábricas desactivadas
- Subsídio de alimentação consoante a composição do agregado

dependente da Presidência do Conselho de Ministros com delegações em todo o território nacional.

3. Medidas de urgência

- Subsídio de emergência
- alojamento temporário em hotéis, prisões (Peniche) requisitados pelo Estado
- Subsídio de desemprego, abono de família e prestações

familiar e a implantação geográfica

- Prestações da Segurança Social
- Apoio aos idosos e deficientes sob a forma de indemnizações

4. Medidas de integração

- Habitação: programa de construção social...30% das casas deveriam ser para repatriados; concessão de empréstimos com taxas reduzidas para reparação e aquisição de habitações;
- Emprego: facilidades no acesso à profissão...

complementares

- Adiantamento do vencimento (funcionários públicos)
- Subsídio para a reintegração profissional: instrumentos de trabalhos indispensáveis ao exercício da profissão. Subsídio em espécie e apenas para um membro do agregado familiar.
- Distribuição de géneros alimentares, vestuário, peças de roupa doméstica, camas e colchões;
- Apoio à emigração
- Apoio à infância, idosos e deficientes

4. Medidas de integração

- Programa de crédito para investimentos produtivos e criação de postos de trabalho
- Programa de crédito bonificado para aquisição, construção ou reparação de habitação própria
- Criação do Quadro Geral de Adidos

5. Indemnizações: etapas

- Lei Boulin de Dezembro de 1961 determina no seu artigo 4º que “une loi distincte fixera (...) le montant et les modalités d’une indemnisation en cas de spoliation et de perte définitivement établies des biens (...);
- Lei de 15 de Julho de 1970, reconhece o princípio do direito à indemnização aos repatriados franceses;
- Lei de Dezembro de 1974- estabelece as condições referentes às indemnizações:
 - a) quem pode ser indemnizado? Todas as pessoas que tenham residido, pelo menos três anos, num território anteriormente colocado sob soberania, protecção ou tutela de França.
 - b) que bens são indemnizáveis? Bens móveis e imóveis agrícolas, comerciais, industriais ou artesanais.
 - c) Como indemnizar? Foi estabelecido o princípio da indemnização parcial e modelada segundo a importância do património perdido. Foi criado um organismo especializado

5. Indemnizações: etapas

(ANIFOM), junto de 1º ministro com a função de instruir os processos de indemnização.

- Lei de 2 de Janeiro de 1978, estabelece que a cada repatriado deve ser entregue um certificado de indemnização, onde se estabelece o montante, as anuidades e a duração da amortização.

(1) Lei nº 61.1439 de 26 de Dezembro de 1961 ou a Lei Boulín

(2) Resolução do Conselho de Ministros de 5 de Maio de 1976. Conceito foi discutido e revisto em 1977

Anexo 3

1º Congresso Nacional dos Espoliados do Ultramar

Reunido na Aula Magna da Universidade de Lisboa, em 26-11-1988

CONCLUSÕES

- 1 — Considerar a satisfação dos direitos sociais e o pagamento das indemnizações patrimoniais aos Espoliados do Ultramar, como um problema político e não económico;**
 - 2 — Iniciar de imediato a mobilização dos Espoliados do Ultramar no sentido de se manterem descomprometidos de toda e qualquer força política partidária, e prontos a dar o seu voto em próximas eleições ao Partido que maiores garantias ofereça de atender as suas justas reivindicações;**
 - 3 — Solicitar ao Governo a criação de uma Secretaria de Estado para os Espoliados do Ultramar, na dependência directa da Presidência do Conselho de Ministros, dado o carácter específico de que se reveste o problema;**
 - 4 — Intensificar as relações com as Associações europeias congéneres;**
 - 5 -- Mobilizar as novas gerações dos Espoliados para a luta comum.**
- AEMO- Associação dos Espoliados de Moçambique**
AEANG- Associação dos Espoliados de Angola

Fonte: www.aemo.org/noticias.html

Anexo 4

Panfleto do 2º Congresso dos Espoliados do Ultramar (1990)

2.º CONGRESSO NACIONAL DOS ESPOLIADOS DO ULTRAMAR

REALIZADO NA AULA MAGNA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA EM 8 - 12 - 1990

CONCLUSÕES

- 1 — Reivindicar o pagamento pelo Estado Português de justas indemnizações relativas aos bens patrimoniais espoliados;
- 2 — Insistir junto do Governo português pela concessão de compensações sociais a que os espoliados se julgam com direito;
- 3 — Esforçar-se junto do mesmo Governo pela restituição dos depósitos efectuados nos Consulados de Lourenço Marques e da Beira;
- 4 — Solicitar a nomeação de um delegado do Governo para os espoliados, de modo a que possam ser discutidos e tratados com ele todos os assuntos respeitantes aos mesmos;
- 5 — Aconselhar os espoliados a votarem, nas próximas eleições presidenciais e legislativas, na personalidade ou no Partido que mais convenha à defesa dos seus interesses;
- 6 — Manifestar ao Governo a estranheza dos espoliados pelo não aproveitamento da sua experiência de África, no actual relacionamento com os PALOP.

AEMO



Tel. 726 57 57

ORGANIZAÇÃO DE:

AEMO - Associação dos Espoliados de Moçambique

AEANG - Associação dos Espoliados de Angola

Calçada da Palma de Baixo, 25, r/c. Esq. — 1600 LISBOA
(Laranjeiras)



Tel. 726 11 83

Membros do: CONFÉDÉRATION EUROPÉENNE DES SPOLIÉS D'OUTRE-MER — Sede Social: ROMA

Fonte: www.aemo.org/noticias.html